

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS ERECHIM**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS  
HUMANAS**

**MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**

**NELO FRANCISCO DA SILVA**

**PODERES ESTATAIS E AUTORIDADES TRADICIONAIS NA GUINÉ-BISSAU  
(1994 – 2018)**

**ERECHIM**

**2021**

**NELO FRANCISCO DA SILVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre sob a orientação do Prof. Gérson Wasen Fraga

**ERECHIM**

**2022**

### **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Silva, Nelo Francisco da  
Poderes Estatais e Autoridades Tradicionais na Guiné-Bissau (1994  
? 2018) / Nelo Francisco da Silva-- 2022.  
90 f.:il.

Orientador: Doutor Gérson Wasen Fraga

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências  
Humanas, Erechim, RS, 2022.

1. Guiné-Bissau. 2. Poderes Estatais. 3. Autoridades  
Tradicionais. 4. Luta de libertação. 5. Transição democrata. I.  
Fraga, Gérson Wasen, orient. II. Universidade Federal da Fronteira  
Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**NELO FRANCISCO DA SILVA**

**PODERES ESTATAIS E AUTORIDADES TRADICIONAIS NA GUINÉ-BISSAU  
(1994 – 2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre sob a orientação do Prof. Dr. Gérson Wasen Fraga

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 19/12/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Gérson Wasen Fraga (Orientador-Presidente)

---

Prof. Dr. Daniel Francisco de Bem (Membro titular externo - UFFS)

---

Prof. Dr. Paulo Ricardo Müller (Membro titular interno - UFFS).

Dedico este trabalho à minha querida mãe Luisa da Silva.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus ancestrais pela proteção ao longo desses anos, e por terem me dado saúde e força para superar as dificuldades. Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e ao seu corpo docente, direção e administração, que oportunizaram a abertura de uma importante janela, a partir da qual hoje vislumbro um horizonte superior, sustentado pela acendrada confiança no mérito e ética presentes nesta Universidade. Agradeço à minha mãe, dona Luísa da Silva, heroína que me deu apoio e incentivo nos momentos de desânimo e cansaço: obrigado pelo ensinamento da vida; e à minha madrinha, Adilsa José Gomes, pois me apoiou ao longo do tempo, contribuindo para que esse sonho hoje se torne uma realidade.

Obrigado aos meus irmãos e sobrinhos, que nos momentos da minha ausência, dedicados ao estudo superior, sempre compreenderam que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

Agradeço, de modo especial, ao meu orientador, Gerson W. Fraga, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube. Além disso, agradeço pelas suas correções, incentivos e pelo rigor que tem demonstrado ao longo de todo o trabalho. Agradeço-lhe pelos conselhos que sempre me deu.

Agradeço ao professor Cassio Brancalone pela orientação no início de projeto e agradeço a meus orientadores da graduação pelo aprendizado: Evaldo Ribeiro e Ricardo Ossago.

Agradeço à professora Andrea Cristina Muraro, que desde a graduação teve a paciência em me orientar no Projeto de Extensão Contra Cena e Leituras Dramáticas, projeto onde eu adquiri várias experiências e partilhas do conhecimento com colegas de diferentes cursos. A minha gratidão pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo de projeto de extensão.

O meu agradecimento vai, especialmente, à minha querida namorada, Maria das Graças Timbo, pelo apoio e carinho. Sem esquecer dos meus amigos, colegas e irmãos: Octavio José Gomes, Amadeu José Gomes, Alberto José Gomes, Augusto José Gomes, Marisa José Gomes, Helia da Silva, Juca da Silva, Wilson da Silva, Nivaldo da Silva, Mario da Silva, Ruguiato Djaló, Justino Pedro da Silva, Eufragio Joaquim Candido, Juel Silva, Teodora Tavares, Claudino Coffete Mambamba Gomes, Noé Saba M'bundé, Milagre Saba M'bunde e Ankinam

Leão, que sempre me deram coragem de ir em frente. São pessoas, cuja solidariedade sempre me fortaleceu, e com as quais passei por momentos inesquecíveis, partilhamos conhecimentos e aprendemos mutuamente. Obrigado a vocês, amigos que valorizo muito, por todo o apoio nos momentos difíceis.

## RESUMO

Este estudo busca compreender o relacionamento dos poderes estatais com as autoridades tradicionais na Guiné-Bissau, no recorte temporal de 1994 a 2018. A Guiné-Bissau aderiu formalmente à democracia com a eleição de 1994, quando deu início à fase de transição de partido único para o multipartidarismo. Desde então nenhum presidente ou primeiro ministro conseguiu terminar o mandato até o ano 2018, quando, pela primeira vez, um presidente conseguiu concluir seu mandato sem que fosse interrompido por um golpe de Estado. Abordaremos as autoridades tradicionais desde a época pré-colonial até pós independência e as suas formas de organização. Abordaremos também a legitimação do régulo na época colonial, a fim de mostramos como os colonialistas portugueses usaram de estratégias diversas para utilizar-se politicamente desta figura. Também apresentamos as exclusões que os poderes tradicionais sofreram no pós-independência e o momento da recuperação destes poderes. Nosso recorte se estende até os primeiros passos democráticos da Guiné-Bissau a partir da primeira eleição organizada, com intenção de compreender as relações existentes entre poderes estatais e autoridades tradicionais, salientando que estas são pessoas próximas às comunidades e ajudam na resolução de conflitos.

**Palavras-Chave:** Guiné-Bissau, Poderes Estatais, Autoridades Tradicionais, Luta de libertação, Transição democrata, Régulo.

## **ABSTRACT**

This study seeks to understand the relationship between state powers and traditional authorities in Guinea-Bissau, from 1994 to 2018. Guinea-Bissau formally adhered to democracy with the 1994 election, when it began the single-party transition phase for multipartyism. Since then, no president or prime minister has managed to complete his term until 2018, when, for the first time, a president managed to complete his term without being interrupted by a coup d'état. We will address traditional authorities from pre-colonial times to post-independence and their forms of organization. We will also discuss the legitimation of the regulo in the colonial era, in order to show how the Portuguese colonialists used different strategies to make political use of this figure. We also present the exclusions that the traditional powers suffered in the post-independence period and the moment of the recovery of these powers. Our cut extends to the first democratic steps in Guinea-Bissau from the first organized election, with the intention of understanding the existing relationships between state powers and traditional authorities, emphasizing that these are people close to the communities and help in the resolution of conflicts.

**Keywords:** Guinea-Bissau, State Powers, Traditional Authorities, Liberation Struggle, Democratic Transition, Regulo.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANP – Assembleia Nacional Popular

BM – Banco Mundial

CEI – Casa do Estudante Império

FARP – Força Armada Revolucionária do Povo

FD – Fórum Democrático

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FLING – Frente de Libertação Nacional da Guiné

FMI – Fundo Monetário Internacional

INE – Instituto Nacional de Estatística de Guiné-Bissau

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

MADEM-G15 – Movimento para a Alternância Democrática, Grupo dos 15

MISSANG – Missão Angolana de Apoio à Reforma do Setor Militar

MLG – Movimento para a Libertação da Guiné

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIGC – Partido da Independência da Guiné e Cabo Verde

PCD – Partido da Convergência Democrática

PDP – Partido Democrático do Progresso

PIDE/DGS – Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRS – Partido da Renovação Social

RDAG – Reunião Africana Democrática da Guiné

RGB – Resistência da Guiné-Bissau

UE – União Europeia

UNIDO – União Democrática da Oposição

UPG- União Patriótica da Guiné

UPLG – União da População Libertada da Guiné

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Figura 1: Mapa ilustrativo da localização do reino de Gabu.....                                       | 25 |
| Figura 2: Bancos da Guiné-Bissau sensibilizam régulos para a necessidade de abrir conta bancária..... | 76 |
| Figura 3: Autoridades tradicionais da Guiné-Bissau exigem reabertura do parlamento.....               | 77 |
| Figura 4: Régulos da Guiné-Bissau, entre a autoridade tradicional e a política.....                   | 78 |
| Figura 5: Presidente da Guiné-Bissau promete reforçar poder tradicional no país.....                  | 79 |
| Figura 6: Presidente Sissoco promete pagar salários de 150 mil FCFA mensal a cada régulo.....         | 81 |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO _____  | 13 |
| 2. O NASCIMENTO DA GUINÉ-BISSAU COMO ESTADO-NAÇÃO MODERNO ____  | 17 |
| 2.1 As concepções de nação, Estado e etnia _____  | 17 |
| 2.2 Amílcar Cabral _____  | 27 |
| 3. RELAÇÕES ENTRE AUTORIDADES ESTATAIS E TRADICIONAIS NA GUINÉ-BISSAU<br>CONTEMPORÂNEA: IMPASSES E DESAFIOS _____ | 45 |
| 3.1 O Processo de transição política na Guiné-Bissau: do regime de partido único ao<br>multipartidarismo. _____   | 45 |
| 3.2 A democracia e seus passos _____  | 53 |
| 4. RELAÇÕES ENTRE PODER ESTATAL E AUTORIDADES TRADICIONAIS NA GUINÉ-<br>BISSAU (1994-2018) _____                  | 57 |
| 5. A JUSTIÇA FORMAL E JUSTIÇA TRADICIONAL _____   | 65 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS _____   | 82 |
| REFERÊNCIAS _____   | 85 |

## INTRODUÇÃO

Ao longo do meu percurso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB), cursei o bacharelado interdisciplinar em humanidades e, posteriormente, segui para a licenciatura em sociologia. A UNILAB me deu um certo privilégio porque é uma universidade com um grande número de estudantes africanos, inclusive discentes guineenses, e o meu curso tinha um maior número de estudantes internacionais. Ao longo dos debates sobre a situação sociopolítica da Guiné-Bissau em sala de aula, sempre me esforcei para compreender a relação existente entre o poder estatal e as autoridades tradicionais guineense, e isso me instiga. Desta maneira, resolvi sistematizar as questões e transformá-las em um projeto de pesquisa para, eventualmente, dar respostas às minhas inquietações.

O interesse por essa pesquisa se justifica pela escassa literatura existente sobre a questão sociopolítica da Guiné-Bissau. Nos últimos anos, em meu país, a questão sobre o relacionamento entre poderes estatais e as autoridades tradicionais vem sendo levantada cotidianamente. Dentre as opiniões mais ouvidas, está a de que os relacionamentos entre esses dois poderes se dão apenas no momento das eleições, frisando dessa maneira a busca do apoio eleitoral.

Já para outras vozes, o Estado não possui a responsabilidade de ouvir as autoridades tradicionais ou de respeitar o poder político destas lideranças. Contudo, nessa mesma linha de questionamento, algumas populações guineenses acreditam que essas autoridades tradicionais desempenham uma tarefa extremamente relevante porque intervêm nas resoluções de conflitos internos, além de garantir a terra como patrimônio da comunidade, igualdade dos direitos para todos e outras questões.

A escolha desta temática está ligada diretamente com a minha vivência, como guineense, e à experiência de quem frequenta e sempre esteve na região de Cacheu. Ao longo dos anos, nos questionamos sobre a relação que se coloca entre poderes estatais e as autoridades tradicionais na Guiné-Bissau. Almejamos, com essa pesquisa, fomentar a discussão sobre essa temática.

Acredito que os assuntos levantados neste trabalho proporcionarão uma compreensão apurada do relacionamento entre poderes estatais e autoridades tradicionais no cenário político e social na Guiné-Bissau, principalmente nas regiões onde há a presença dos chefes tradicionais. Estes vêm de linhagem familiar e é de ressaltar que, em alguns grupos étnicos da Guiné-Bissau,

sobretudo entre as etnias Balantas, não há a figura do regulo<sup>1</sup>, mas apenas o responsável pelas aldeias.

É importante discutir essa questão, pois o estudo deste campo de nossa atual situação sociopolítica ocasionará o conhecimento sobre a relação entre as autoridades tradicionais e os poderes estatais no cenário político guineense, colaborando assim para que os cidadãos possam ter mais conhecimento e melhor analisar o relacionamento existente entre essas autoridades.

No âmbito acadêmico, pretendemos auxiliar em novos estudos, colaborando com informações indispensáveis para os pesquisadores que queiram explorar esse tema em apresentações, seminários, palestras, debates, dissertações, etc., possibilitando assim outros trabalhos sobre essa temática.

Deste modo, este trabalho se encaixa nas discussões desenvolvidas na linha de pesquisa número um do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul: “Saberes, Processos e Práticas Sociais”, pois busca desenvolver uma reflexão acerca das práticas culturais e políticas no período de democratização em Guiné-Bissau. Em conciliação com o objetivo deste Programa, nossa proposta de pesquisa pretende estudar a historicidade das instituições políticas e dos costumes no tocante às autoridades tradicionais, com a intenção de compreender como esses dois extremos se relacionam e influenciam nas mudanças e permanências da vida social.

Destarte, essa pesquisa ajudará a estabelecer uma visão do relacionamento entre as autoridades tradicionais e os poderes estatais. Almeja-se, ainda, que este trabalho tenha relevância para o governo da Guiné-Bissau, pesquisadores e ONGs, tanto nacionais quanto internacionais, que atuam onde nas localidades onde existam as autoridades tradicionais.

A pesquisa gira em torno do relacionamento entre poderes estatais e as autoridades tradicionais na Guiné-Bissau nos anos de 1994 a 2018. De modo mais específico, o eixo investigativo da pesquisa se centra nas entidades tradicionais do Norte, concretamente na região de Cacheu, localizada geograficamente no noroeste do país.

Após o período de independências, em muitos países africanos nos quais atuam poderes tradicionais, houve um movimento de repulsa por parte das forças políticas dos Estados modernos através da administração estatal, o que levou a que os poderes estatais

---

<sup>1</sup> Chefe ou rei de um pequeno território.

invisibilizassem e desconsiderassem o poder tradicional no período pós-independência. Nesse contexto, em nome da construção de um Estado moderno, se deu por diversas vezes o desaparecimento ou ocultação do poder tradicional no cenário da política interna dos referidos países.

No caso concreto da Guiné-Bissau, isso se deu logo após a independência. Nos anos 1980, houve um movimento de recuperação de regulados, poderes tradicionais e reinos de origem pré-colonial. O retorno dos régulos na Guiné-Bissau contou com a primeira entronização após a independência: a entronização do régulo de Caió,<sup>2</sup> Paulino Gomes.

Tendo em conta tudo isso, o questionamento que se faz é o seguinte: como se dá o relacionamento entre poderes estatais e as autoridades tradicionais na Guiné-Bissau? Quais foram os motivos que levaram as autoridades tradicionais a voltar para o espaço político guineense? E, após a independência, como está sendo o comportamento entre esses dois poderes? Da abertura da democracia até os dias atuais, como está sendo o relacionamento entre autoridades tradicionais e o Estado em resoluções de conflitos internos e promoção de políticas públicas para as regiões em que temos as vozes dos régulos como elemento atuante no cenário político guineense? As vozes dos régulos são ouvidas e consideradas pelo governo (poder executivo) e pela casa do povo, a Assembleia Nacional Popular (ANP), nosso órgão legislativo?

O nosso tema de pesquisa é: poderes estatais e autoridades tradicionais na Guiné-Bissau (1994 – 2018), tendo como objetivo geral compreender o relacionamento dos poderes estatais com as autoridades tradicionais na Guiné-Bissau ao longo deste período. Propomos assim como objetivos específicos que auxiliarão nas formas de percepção ao longo da pesquisa: entender como se dão as relações entre as entidades locais tradicionais e as novas forças políticas no cenário guineense, e analisar a participação das autoridades tradicionais no processo de tomadas de decisões na Guiné-Bissau após o primeiro passo democrático de 1994.

---

<sup>2</sup> Caió é um setor da região de Cacheu

## PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Com vistas à resolução do nosso objetivo geral neste trabalho, optamos por um caminho de pesquisa mais viável, que é o método da pesquisa bibliográfica. Eis a razão da nossa escolha, na qual procuramos uma resposta para uma hipótese que queremos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou relações entre eles.

Para o desenvolvimento do nosso trabalho, em um primeiro momento efetuamos um estudo bibliográfico, que nos permite fazer um levantamento sobre a temática já estudada. Segundo Fonseca (2002, p.32), “qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já foi estudado sobre o assunto”.

Em segundo momento efetuamos a pesquisa de campo online através das redes, como um campo virtual, onde efetuamos coletas das entrevistas em diferentes meios eletrônicos que falam sobre a nossa temática e coletamos também notícias através de sites, blogues relacionados a nossa dissertação que têm uma contribuição valiosa no desenvolvimento de nosso estudo. Portanto, além da introdução, o trabalho está estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “o nascimento da Guiné-Bissau como Estado-Nação moderno”, efetuaremos um diálogo teórico com as pesquisas existentes sobre o assunto. Para compreender o nascimento do Estado-Nação na Guiné-Bissau, o nosso debate será conduzido pelos seguintes conceitos: “nação”, “Estado” e “etnia”. Nos valeremos de perspectivas interdisciplinares de diferentes autores oriundos de diferentes campos do conhecimento para termos mais bagagem sobre o assunto e traçarmos o processo histórico anterior à chegada dos portugueses. A decadência do Império do Mali, a luta de libertação nacional e a formação do Estado moderno guineense são, portanto, temas de nosso interesse. E abordamos a forma organizativa das autoridades tradicionais antes do período pré-colonial e pós-colonial na Guiné-Bissau, na qual os chefes tradicionais possuem um papel muito importante na organização política e social das suas comunidades. Tudo que se ocorre dentro da comunidade se baseia em um critério da tradição.

No segundo capítulo, denominado “Relações entre autoridades estatais e autoridades tradicionais na Guiné-Bissau contemporânea: impasses e desafios”, analisaremos as relações entre autoridades estatais e tradicionais na atualidade, abordando desde a transição política e democrática do regime do partido único ao multipartidarismo. No decorrer do capítulo, nos aproximaremos das discussões sobre o processo de transição democrática e o surgimento dos

primeiros partidos opositores no cenário da política guineense e, por último, analisaremos o relacionamento entre os poderes estatais e tradicionais em nosso país.

Por fim, nas considerações finais, vamos retomar os principais pontos que discutimos dentro de cada capítulo e tentar traçar uma síntese para nossa conclusão de pesquisa a partir do trabalho realizado.

## 2. O NASCIMENTO DA GUINÉ-BISSAU COMO ESTADO-NAÇÃO MODERNO

O presente capítulo tem como objetivo realizar algumas reflexões acerca dos principais conceitos de Nação, Estado e Etnia em diferentes concepções de ciências sociais. No decorrer do texto procuramos trazer a história de Guiné-Bissau de forma panorâmica, começando pelo processo histórico antes da invasão dos colonizadores até a independência. Apresentaremos também o papel das autoridades tradicionais em diferentes períodos até a pós-independência e, ainda, abordaremos diferentes aspectos históricos que são: território, etnia, cultura, política, economia e religião, bem como o processo da luta de libertação nacional que culminou com a construção de um novo regime político.

### 2.1 - As concepções de nação, Estado e etnia

Segundo Graça (2005, p.20), a etimologia da palavra “nação” vem do latim *natione*, do verbo *nasci* que significa *nascer*, por extensão *ter a origem, provir, começar*. “Originalmente refere um grupo de pessoas nascidas ou provenientes de um mesmo lugar”. Já o antropólogo Benedict Anderson (1988) avaliou as questões sobre o conceito da nação considerando que houve algum equívoco dos teóricos do nacionalismo, e propôs a definição da nação dentro do campo antropológico. Segundo ele, a nação “é uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e ao mesmo tempo soberana”. É dentro dessa perspectiva que Anderson traz o debate sobre a questão da nação, de uma comunidade imaginada porque, mesmo que uma nação seja pequena, nenhum dos compatriotas vai conhecer todo seus conterrâneos. Para o autor, a nação não é uma coisa fechada e delimitada, é mais que uma ideologia: ela é ampla.

Nessa mesma linha conceitual, segundo Monteiro (2013), é:

Importante salientar que, no que tange ao conceito de nação, suas formas de construção são *sui generis*, dependendo da inserção social e cultural dos indivíduos numa determinada realidade culturalmente construída. Por outro lado, o ponto de vista político desse período do século XVIII apresenta um liame com as transformações ocorridas no cenário social e político mundial pautado numa condição de vida na qual a nação era tida como algo necessário para potencializar a soberania. (Monteiro, 2013, p. 29).

Desta forma, o conceito vai depender da forma de construção singular de cada nação, do meio onde o indivíduo está inserido e de sua inserção cultural. A nação para alguns é a forma necessária para expressar a soberania, ainda que não seja uma potência em termos geopolíticos. Nessa direção, me inspirei em Anthony Smith, citado por Monteiro (2013, p.31). Na perspectiva de Smith, “as nações são criadas na imaginação histórica e sociológica, através da identificação dos heróis comunitários”. No que tange ao conceito de nação, para Smith, ela serve como uma ponte de ligação entre o passado e o presente através do processo histórico.

Marx Weber assim reflete acerca do conceito de nação:

Se o conceito de "nação" pode, de alguma forma, ser definido sem ambiguidades, certamente não pode ser apresentado em termos de qualidades empíricas comuns aos que contam como membros da nação. Num certo sentido, o conceito indubitavelmente significa, acima de tudo, que podemos arrancar de certos grupos de homens um sentimento específico de solidariedade frente a outros grupos. Assim, o conceito pertence à esfera dos valores. Não obstante, não há acordo sobre como esses grupos devem ser delimitados ou sobre que ação concertada deve resultar dessa solidariedade. (WEBER, 1982, p.202).

O conceito de nação foi desenvolvido por alguns autores, na maioria ocidentais, que têm uma realidade diferente daquela que possui quem é de um país africano que lutou contra a colonização. É nesta senda que Graças (2005) discorda da exclusividade da origem eurocêntrica de nação, tentando elaborar a origem da nação em uma perspectiva africana e endógena: “a nação não é exclusivamente ocidental; no continente africano antes da invasão dos europeus já existia a nação, mas só que essa existência se acentua na endogeneidade dos reis africanos: reis antigo da Zimbábwe, a rainha Nzinga de Angola e Shaka Zulu construíram as suas nações sem utilizar as ideias ocidentais e isso emancipa os africanos de serem resistentes contra o poder colonial através do percurso histórico africano e não dos ocidentais. (GRAÇA, 2005, p.138).

Na perspectiva de Graça (2005), nação é um conjunto de indivíduos caracterizados como coletivo e pertencentes à mesma realidade geográfica e histórica.

O significado de nação vai se construindo e moldando de acordo com os sentimentos de pertença, como o caso da Guiné-Bissau, que passou por um processo de luta de libertação nacional. Esse sentimento de pertença cria ligações do sujeito com a língua, território, ancestralidade, com o legado dos heróis nacionais que lutaram pela independência. Para um guineense, a nação ganha assim sua forma e característica.

Até o presente momento, o conceito da nação gerou uma certa indeterminação em relação a realidade que propõe traduzir. Nas Ciências Sociais, vários autores propuseram

definições, contudo, o esforço foi desgastante, restando a questão histórica para saber “se é o Estado que origina a Nação ou é inverso” (GRAÇA 2005).<sup>3</sup>

Avançaremos para o próximo debate sobre o conceito de Estado e as suas concepções nas ciências sociais. Isso nos leva a mergulhar em diferentes ideias. A gênese do Estado moderno vem do norte da Itália no século XIV. Nesse período esta região já tinha cidades e Estados que eram governados como Repúblicas, modelo que, com o começo da revolução capitalista, se expandiu para outras regiões, como França e Inglaterra.

Corroborando Pereira (2017) que:

O Estado moderno nasce no norte da Itália, no século XIV, com as cidades-estados governadas como repúblicas, quando começa a revolução capitalista. Os estados-nação nascerão mais tarde, na França e na Inglaterra, em torno das monarquias absolutas, que se constituem na Europa depois da revolução comercial, da emergência de uma burguesia associada ao monarca absoluto, e das lutas fratricidas que se sucederam à Reforma. Os tratados de Vestefália são geralmente identificados com o momento do surgimento do estado-nação. (PEREIRA, 2017, p.157)

Segundo KOHL (2000, p.42), “a referência a um aparato estatal comum não significa, contudo, que uma nação e um Estado sejam congruentes ou fortemente relacionados um com o outro”. A atenção do autor nesse ponto da diferenciação de Estado e nação é a forma de não criarmos uma interpretação equivocada sobre os dois conceitos de suporte estatal.

A modernidade entrou trazendo o Estado de Direito baseado na regulação de leis e poderes por meio de normas que regulam a sociedade. O Estado é um conjunto de instituições que governam um território, e a forma como o administra deve respeitar a Constituição, que determina suas regras. Nesta base iremos constatar concepções divergentes nas ciências sociais acerca do conceito do Estado.

Para os autores da concepção marxista, o Estado desde muito tempo está ao lado daqueles que detêm o poder econômico, sendo isso ainda mais evidente nas sociedades modernas, onde o Estado está nas mãos da burguesia que o controla através de sua máquina ideológica, a fim de materializar seus projetos políticos e econômicos.

---

<sup>3</sup> Eric Hobsbawm, em “Nações e Nacionalismo desde 1780”, estabelece que “as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”. Sua perspectiva, no entanto, parte assumidamente de um ponto de vista europeu. Cfe: HOBSBAWM, 1998, p. 19.

Marx veio a rejeitar essa visão do Estado como o curador da sociedade como um todo. Uma vez que ele chegou a sua formulação da sociedade capitalista como uma sociedade de classes, dominada pela burguesia, seguiu-se necessariamente a sua visão de que o Estado é a expressão política dessa dominação. Na verdade, o Estado é um instrumento essencial de dominação de classes na sociedade capitalista. Ele não está acima dos conflitos de classes, mas profundamente envolvido neles. Sua intervenção no conflito é vital e se condiciona ao caráter essencial do Estado como meio da dominação de classe (CARNOY, 1988, p.67).

Segundo Pereira (2017, p.160), para os filósofos contratualistas, “a oposição se dava entre uma ‘sociedade natural’ e uma ‘sociedade civil’ que se confundia com o Estado”. Os autores da corrente contratualista vão chamar esta sociedade natural de “estado de natureza”, onde as pessoas vivem vidas isoladas e livres sem nenhuma lei que os proíba de fazer qualquer coisa fora das condições naturais. Contudo, em algum momento, devido à falta de regras gerais que regem as relações entre indivíduos, as pessoas podem entrar em conflito porque serão os juízes de suas carreiras, o que pode gerar conflito entre os homens.

Ainda segundo Pereira (2017, p.164), “em meados do século XIX, esse poder estava concentrado na burguesia e na classe aristocrática em decadência – o que permitiu a Marx e Engels afirmarem no Manifesto Comunista que o Estado é o comitê executivo da burguesia”.

Podemos, porém, pensar no Estado para além de um conjunto de sistemas jurídicos, econômicos e políticos que governam e regulam a vida social, mas como um ente que detém o monopólio da violência. Isso significa que apenas o estado pode reagir violentamente, não permitindo sua manifestação fora de sua alçada. Afirma Pereira que:

Como a lei tem poder coercitivo e só pode ser editada por uma instituição dotada de soberania, quando digo que o Estado é a “ordem jurídica”, estou supondo o Estado soberano que, seguindo a bela definição de Weber, detém o monopólio da violência legítima. Incluindo a frase de Weber, o Estado é a ordem jurídica e a organização soberana que detém o monopólio da violência legítima. Na medida em que o Estado é a lei, ele é uma instituição universal – que se aplica a todos os que vivem em seu território. O Estado moderno é a autoridade suprema (PEREIRA, 2017, p.162).

Desta forma, o Estado detém o monopólio da violência, apenas ele pode reagir violentamente e todos os atos violentos que acontecem fora de sua ação devem ser reprimidos. O Estado é a instituição que deve monopolizar a violência para garantir a segurança dos próprios indivíduos, sistematizando e justificando o uso da força.

Salazar (1991, p.71), em seu artigo intitulado *Etnia, espaço étnico e colonialismo* chamou a atenção para as formas das concepções sobre tribo, povoação e etnia. São definições

dadas pelo ocidente para caracterizar as sociedades tradicionais africanas como forma de dissimular e manipular as formas organizativas destas sociedades.

Tribo é um termo conceitual e político que visa desvalorizar o outro. Essa construção é feita pelos ocidentais com função pejorativa. O autor salientou que as palavras “tribo” e “raça” são palavras que têm o mesmo significado, ocasionando uma interpretação antiquada relacionada ao conceito de “Tribalismo”. (LOPES, 1999).

A colonização tentou negligenciar as formas da diversidade étnica africana ao abordar esta questão de uma forma generalizada, como se não existissem diferenças entre as etnias. O conceito de etnia e etnicidade nas ciências sociais ultrapassa as manifestações culturais, a língua e a religião. A etnia é um processo político que engloba vários fatores.

Para Pinto (2009, p.32) os grupos étnicos ou etnias podem ser entendidos enquanto “um grupo de indivíduos ligados por um complexo de caracteres comuns – antropológicos, linguísticos, políticos, históricos, etc.”

A Guiné-Bissau é um país que conta com mais de duas dúzias de etnias. Entre as etnias que compõem o mosaico étnico e linguístico guineense temos os seguintes: Balanta, Papel, Bijagós, Fulupe, Mancanha e Manjaco, Fulas, Mandingas, Beafadas, Saraculês, Felupes, Mansonca e Nalu. Todos são de origem Bantu, como afirma Araújo (2012):

Todas são de origem Bantu: Fulas, Mandingas, Beafadas, Saraculês são etnias nômades, umas de origem Berbere, e outras do grande Império do Mali, mas, atualmente, há grupos étnicos em extinção. A religião animista é a predominante com cerca de 50% da população, das quais se destacam: Balanta, Papel, Manjaco, Mancanha, Bijagós, Felupes, Mansonca, etc. (ARAÚJO, 2012, p.6).

Entre as etnias que compõem a diversidade étnica guineense, o maior percentual é de adeptos do islamismo: Fula, Mandinga, Beafadas, Saraculês, Balanta-Mane e Nalu. O segundo maior percentual é adepto das religiões tradicionais africanas, que são ligadas à espiritualidade. São grupos adeptos dessas religiões: Balanta, Papel, Manjaco, Mancanha, Bijagós, Felupes e Mansonca. Por vezes, algumas pessoas que fazem parte dessas etnias acabam praticando as religiões tradicionais africanas e frequentam também a igreja. O terceiro percentual é a religião cristã. Atualmente, alguns grupos étnicos guineenses estão extintos. (ARAÚJO, 2012).

Amona, no seu trabalho abordou sobre nação, etnicidade e a identidade étnica nas falas dos seus interlocutores. Ele reparou na importância da diversidade étnica pensando uma forma especial em tratar a identidade e a construção de Nação na Guiné-Bissau. Apresentou as diferentes formas com que as pessoas se apresentam e marcam identidades, demonstrando que

algumas pessoas se apresentam como sendo guineense – isso é referente a nação – e depois marcam a etnia a qual pertencem. Outros se apresentam da forma diferente, identificando-se como guineense e, depois, mencionando duas etnias a que pertencem. Há também quem se apresente só como guineense, sem mencionar pertencimento a nenhuma outra etnia. (AMONA, 2020).

A República da Guiné-Bissau fica localizada na Costa Ocidental de África, limitada a norte pela República do Senegal, a Leste e sul pela República da Guiné e a oeste pelo Oceano Atlântico. Faz fronteira com dois países francófonos e conta com uma área de superfície de 36.125 km<sup>2</sup>. Em 2020, a população guineense era de aproximadamente dois milhões de habitantes. A Guiné-Bissau faz parte da lista dos países do continente africano menos populosos, inclusive na sub-região do continente.

A Guiné-Bissau é composta por cerca de quarenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós, separado do continente pelos canais do rio de Geba, Bolama e Canhabaque, e por oito regiões que são: Bolama, Bafatá, Biombo, Cacheu, Gabú, Oio, Quinará e Tombali, e uma região autônoma: a capital (Bissau). As regiões têm 36 setores no total e suas secções são compostas por aldeias. As regiões e setores são administradas por Comitês de Estado e governadores nomeados pelo presidente. A capital Bissau apresentava uma estimativa de 233.000 habitantes em 1995 segundo estimativa de INE<sup>4</sup>.

O clima da Guiné-Bissau é tropical com variações de quente e úmido. Existem apenas duas estações do ano. Uma delas é a estação chuvosa, começando em maio e que termina em outubro. A outra é a estação seca, que acontece nos meses de novembro a abril.

O português é o idioma oficial da Guiné-Bissau, devido à colonização portuguesa, mas a língua mais falada no dia a dia é o crioulo guineense, usado para auxiliar a comunicação devido à diversidade etnolinguística. Existem mais de 30 grupos étnicos diferentes entre os guineenses.

Na atual Guiné-Bissau, os portugueses surgiram pela primeira vez em 1446, quando Nuno Tristão desembarcou nas terras da Mandinga, mais concretamente na costa oeste da Senegâmbia. O primeiro navegador português a chegar ao solo que é hoje a Guiné-Bissau é conhecido como Álvaro Fernandez.

---

<sup>4</sup> Instituto Nacional de Estatística de Guiné-Bissau

A colonização europeia da Guiné portuguesa começou em 1558. A primeira ocupação começou no norte do país, concretamente na cidade de Cacheu e, com a construção das primeiras feitorias,<sup>5</sup> aquela região tornou-se um ponto importante para o comércio de escravos, devido à facilidade de acesso para outras partes do país. Cacheu foi a primeira cidade administrativa, assim permanecendo até meados do século XIX.

A Guiné-Bissau era parte do império do Mali, que ficava situada na costa ocidental da África pré-colonial. O Reino de Kabu ocupava uma boa parte do que é a atual Guiné-Bissau e se alargava até nordeste do seu atual território, ao norte do Senegal e de Gâmbia. Kabu foi um império mandinga na África ocidental e parece sempre ter sido governado por uma classe nobre, chamada “nyantio”, cujos patrônimos são Sané e Mané.

Desde o período pré-colonial na África, já existia a forma de governança piramidal entre os diferentes grupos que ali povoavam. O continente africano, antes da chegada dos europeus, já tinha a sua organização semelhante com os impérios romano e grego na Europa e Ásia, ou seja, existiam os reis no continente africano com poderes totais. Exemplos de tais impérios são os do antigo Egito no norte da África; a Núbia e Axum na África Oriental; Mali e Shonhai na África Ocidental; e os Shona e Zulu na África Austral (SESAY, 2014, p.10).

Alguns reinos foram mais tarde enfraquecidos, pois o colonialismo afetou o desenvolvimento do sistema de governo dos africanos. Isto acabou tirando os poderes dos reis e culminou com a decadência destes reinados.

Mas, devido à colonização, o império não durou muito. Entre o final do século XVIII e o início do século XIX houve um declínio muito acelerado no processo político interno e, a esta altura, era o momento em que os colonizadores europeus estavam a criar laços e alianças com as fulas. De acordo com Lopes:

É também o período dos levantamentos fula, cujas alianças com os colonizadores europeus contribuirão sobremaneira para um recrudescer das lutas intestinas, que vão minar completamente a autoridade do Kaabu- Mansa-Ba, representante de um poder que já foi importante e que passará de marginal a inexistente. (LOPES, 2005, p.15.)

De certa forma a colonização contribui para a decadência do império do Mali e do reino de Kabu-Gabu em várias instâncias: na organização dos impérios africanos, na civilização e

---

<sup>5</sup> As feitorias portuguesas eram entrepostos comerciais, muitas vezes fortificados e instalados ao longo da costa, que os portugueses construía para centralizar e assim dominar o comércio de produtos locais para o reino e daí para o restante da Europa.

cultura africana e, sobretudo, na liquidação do poder, e ainda repartiu o território em três enseadas: Gâmbia para a Inglaterra, Casamance para a França e Geba-Corubal para Portugal. Após essa divisão a colonização criou barreiras e limitações à mobilidade. A colonização se infiltrou no continente e alterou a configuração da estrutura da forma de viver entre povos africanos, desestimulando as relações de trocas comerciais porque o desejo do colonizador era se impor no continente e explorar desde o comércio de escravos até as matérias-primas. Mas sempre houve resistência dos povos africanos nessa luta anticolonialista.

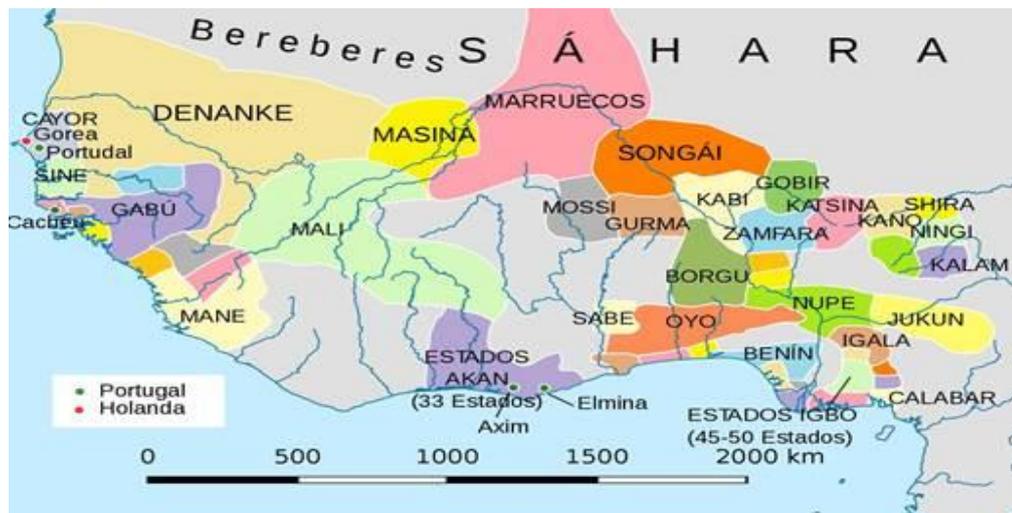


Figura 1: Mapa ilustrativo do Reino de Gabú

Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/dd/WestAfrica1625-e>

Os povos que habitam o que é hoje chamado geograficamente de território da Guiné-Bissau vieram das margens meridionais do Saara e de antigos impérios africanos, através de uma migração provocada por várias questões: climáticas, bélicas, demográficas, etc.... Eram povos nômades dos quais determinados grupos ocupavam um território explorando os recursos naturais que supriam as suas necessidades e lhes favoreciam a manutenção de suas práticas.

Os relatos contam que os Fulas vieram do Alto Nilo com os seus rebanhos à procura de pastagens e se instalaram nos planaltos de Futa Djalon, vizinha República de Conacri. Os Mandingas vieram do Mali e se instalaram em Gabu, formando o famoso império de Gabu, cuja capital é Kansala, no atual território da Guiné, zona leste. Durante as guerras de conquistas, os Fulas invadiram Kansala e desalojaram os Mandingas, destruindo Kansala, obrigando os Mandingas a fugirem para o norte do país, habitando atualmente nas zonas de Mansaba, Morés e Farim. Manjacos, Papel e Mancanhas habitam na zona litoral, compreendida entre os rios Cacheu e Geba, nomeadamente Cacheu, Bula e Biombo. Os Balantas habitam na zona norte — compreendida entre Nhacra, Mansoa, e Bissorã — e ainda a zona sul do país, região de Tombali e uma parte de Quinara. Os Felupes, zona norte, Suzana e Varela. Os Biafadas, uma parte de quinara. Os Bijagós, a parte insular: Bolama e os arquipélagos

dos bijagós. Os Nalus, Quinara, entre outros. Organizavam-se em pequenas comunidades, distribuídos por todo território, designado na língua crioula de “Tchon”, que significa terra. Existiam: Tchon de Manjaco, de Mancanha, de Balanta, de Fula, de Mandinga, de Papel, de Bijagós, de Nalus, de Felupe, entre outros, que representavam o espaço habitado por cada um destes povos... (LIMA; INSALI, 2019, p.145).

Na Guiné-Bissau encontramos vários grupos étnicos e estes apresentam uma estrutura dividida em duas sociedades que são: sociedades verticais e sociedades não verticais. As sociedades verticais são etnias fulas, manjacos, mandingas, papeis, grupos com uma forte experiência de poder estatal e, ao longo do tempo, fulas e mandingas passaram também pelo processo de império. Sociedades não verticais são balantas, felupes, baiotes e outros (MONTEIRO, 2013, p.102). Entre esses grupos, como já referimos acima, os balantas não têm régulo dada a sua forma organizativa que carece de experiência de poder estatal.

Segundo Lima e Insali (2019, p.145), as sociedades com experiência colonial são denominadas de sociedades verticais, com estruturas hierarquizadas. Outros, como Balantas e Bijagós, com uma estrutura descentralizada, sem hierarquização, são denominadas sociedades horizontais. Vale frisar que a falta da experiência estatal não tira do grupo não vertical a capacidade de se organizar, mesmo que não tenham a experiência de uma organização na base de poder estatal. Eles têm outras formas de se organizar para resolver conflitos na comunidade. Eles não têm régulo, que é uma figura a quem toda comunidade tem que obedecer, mas eles possuem conselhos de anciões, *chefe de morança*,<sup>6</sup> diferindo dos grupos verticais com um régulo. O nosso foco de investigação é nos grupos verticais, em especial da etnia manjaca, majoritários na região de Cacheu.

Dadas as heterogeneidades étnicas dos grupos verticais, a principal forma de organização política da população na Guiné pré-colonial era aquela regida por um chefe tradicional, denominado de régulo. Segundo a existência de um critério pré-estabelecido, para ser régulo de uma aldeia a pessoa deveria pertencer à linhagem familiar do antecessor. Nesse sentido os oriundos dessa família detêm um poder hereditário. Ao mesmo tempo, porém, isso demonstra a forma organizacional dos poderes tradicionais antes do colonialismo. A referida forma organizacional surgiu no sentido de estruturar a vida social em sua totalidade, dirimindo conflitos, criando regras e mediando problemas.

---

<sup>6</sup> Conjunto de casas em que numa aldeia habita uma só família.

Na concepção de Florêncio (2004, p. 93), “a liderança desta unidade política pertence ao grupo familiar mais antigo, o dos primeiros ocupantes da região, considerados os donos das terras”. Ainda segundo o autor, “os chefes, oriundos desse grupo familiar, detêm um poder político hereditário, aplicando-se aqui cabalmente o ideal-tipo weberiano de autoridade tradicional” (FLORÊNCIO, 2004, p. 93).

A forma de expressão de um régulo ou autoridades tradicionais se dá por manifestações do poder local através das organizações e se baseia nas práticas de uma gestão coletiva estabelecidas pela regra dos hábitos locais.

Assim, para Mendes (2018, p. 28), “o Régulo é a entidade máxima numa determinada comunidade local que funciona independentemente do Estado, tendo responsabilidades em matéria de administração territorial, de arbitragem em questões de ordem social ou divisão fundiária e agindo mesmo na veste judicial”. O poder de um régulo ultrapassa um simples papel na comunidade, ele é um regulador das leis tradicionais e costumes, ele é quem determina o início e o fim das colheitas, bem como das cerimônias que antecedem as práticas das colheitas.

O régulo é uma figura que vem do pertencimento a uma linhagem familiar. Não é qualquer indivíduo que pode se incumbir dessa função dentro de uma comunidade porque é uma escolha sagrada, e não uma escolha por eleição para se legitimar. Segundo Mendes, (2018), o régulo não representa somente uma figura de poder, mas “é o intermediário entre o mundo visível (os homens, a aldeia, a natureza, os fenômenos naturais, etc.) e o mundo invisível (Deus, os antepassados, a força cósmica, etc)”. Segundo Cossa (2018, p.15), “a iniciação do exercício de seu poder se desenvolveu na base ancestral através de chefes de linhagens, e de clãs que pertenciam ao mesmo reino familiar e sanguíneo, cujo vínculo espiritual se expressava nessa característica”. O régulo é uma entidade máxima com o poder pleno, que faz a ligação entre dois mundos: um que podemos ver e outro mundo que só ele e os ancestrais podem ver.

Na base desse costume tradicional existem fatores sociais, religiosos e políticos estabelecidos na comunidade. Existe pré-noções sobre direitos humanos na África antes da dominação colonial.

Assim sendo, o Costume para esses povos, é a instância em que fatores sociais, políticos e religiosos buscam um lugar-comum para estabelecer princípios igualitários de relações e /ou interesses os mais diversos possíveis. Isto justifica para aqueles que consideravam que na África, antes da dominação colonial, não havia Direitos Humanos; ou seja, não havia o mínimo, que garante a dignidade da pessoa humana. Ideias absolutamente erradas, pois o Homem africano, desde sempre, tinha preocupação com o outro com base nos princípios de solidariedade e religiosidade. (LIMA; INSALI, 2019).

Na concepção de Lima e Insali (2019), o continente africano já tinha a sua forma de organização social antes da invasão dos europeus. Dentro de cada grupo étnico guineense existe a forma de resolver conflitos baseado nos princípios e costumes. Já existia o sentimento de interesse que une as pessoas, cada uma preocupando-se com o outro, ao mesmo tempo em que os direitos de cada um eram respeitados na comunidade.

Para Cardoso e Ribeiro (1987), a história da presença portuguesa na atual Guiné-Bissau divide-se em três momentos distintos. O primeiro momento começou em 1850, quando os comerciantes portugueses eram considerados estrangeiros no continente africano para fins de fazer negócios, dando aos europeus a condição de mercadores, pois estes comerciantes pagavam impostos aos chefes tradicionais africanos. O segundo momento começou em 1915, com certo equilíbrio de poder entre dois grupos existentes: os colonizadores, os portugueses que viviam nas praças e Fortalezas, e os chefes tradicionais que governavam os territórios remanescentes do povo africano. Neste momento, as taxas de comércio pagas pelos comerciantes europeus aos chefes tradicionais começaram a diminuir gradualmente, o poder defensivo e ofensivo dos colonos portugueses se expandiu e culminou em relatos de movimentos de apaziguamento que permitiram a abertura do domínio colonial sobre a maioria da população.

O terceiro momento da presença colonial portuguesa na Guiné-Bissau foi o momento em que a população e os recursos naturais se transformaram com o crescimento econômico dos colonos portugueses, a partir da década de 1920, se estendendo até a campanha de guerra pela independência, que terminou oficialmente em 1974 (CARDOSO E RIBEIRO 1987, p.8). Antes de falarmos da luta de libertação da Guiné-Bissau, vamos apresentar uma breve biografia do pai das nações guineense e cabo-verdiana, Amílcar Lopes Cabral.

## **2.2 Amílcar Cabral**

Amílcar Cabral nasceu em Guiné-Bissau, na cidade de Bafatá, no dia 12 de setembro do ano de 1924, filho de pais imigrantes cabo-verdianos. Com 8 anos mudou-se para Cabo Verde com seus pais onde fez seu estudo secundário e no ano de 1945 foi para Lisboa, através de uma bolsa de estudos, para efetuar graduação em agronomia. Durante a graduação, Amílcar

conheceu muitos colegas de universidade oriundos de países africanos<sup>7</sup>. Naquela época esses estudantes sofriam muito com a discriminação racial, e com isso esses jovens criaram um movimento que defendia os sentimentos nacionalistas baseados na identidade, com a influência do pensamento pan-africanista que exigia “a África para os africanos”.

Amílcar Cabral participava em vários debates e fóruns enquanto estava na universidade, sempre criticando a dominação dos europeus sobre a África. Foi um dos dirigentes do movimento na Casa de Estudantes Império (CEI<sup>8</sup>). No ano de 1952, Amílcar Cabral voltou para Bissau com o título de engenheiro-agrônomo, foi nomeado como funcionário da estação agrícola de granja Pessube para fazer a Repartição Provincial dos Serviços Agrícolas e Florestais na Guiné portuguesa, mas sempre continuou com sua trajetória de militância, ainda que no primeiro momento com uma atuação clandestina devido à repreensão dos colonos portugueses àquela altura.

Cabral voltou para a Guiné-portuguesa com uma bagagem acadêmica e militante pan-africanista para contribuir na denúncia e na luta contra o sistema que estava em causa, que era a colonização e exploração pelos portugueses. A experiência de Amílcar o ajudou a criar um clube desportivo de natureza nacionalista, que mais tarde se converteu em um movimento de libertação nacional, o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), com a função primordial de guiar a luta de libertação nacional. (MONTEIRO, p.117, 2013).

Depois da Segunda Guerra Mundial, em meados dos anos 1950, emergiram movimentos urbanos de cunho independentista ao longo de todo o continente. Antes da chegada de Amílcar Cabral em Bissau, já havia movimentos independentistas em Bissau e em outros países africanos da língua portuguesa.

Podemos destacar os primeiros movimentos urbanos: o Movimento para a Independência da Guiné (MIG); o Movimento para Libertação da Guiné (MLG) composto por maioria de etnia manjaca; a União das Populações da Guiné (UPG), que apesar da sua denominação reunia apenas alguns Bissau-guineenses residentes em Kolda; a União da População para Libertação da Guiné (UPLG), que agrupava a minoria da etnia fula do Senegal; Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG), majoritariamente formado por mandingas do Senegal; o Partido Africano para Independência (PAI), que mais tarde daria origem ao PAIGC; e a Frente de Libertação

---

<sup>7</sup> Na casa de estudante se formaram muitos líderes africanos como: Mario Andrade, Pedro Pires, Agostinho Neto e outros.

<sup>8</sup> É uma instituição nacional que funciona como uma república de estudantes. À época, destinava-se a acolher estudantes das colônias portuguesas que iam estudar na metrópole. Está sediada em Lisboa com missões autônomas em Coimbra e no Porto.

Nacional da Guiné (FLING), resultante da união de vários grupos políticos (UPG, o RDAG e a UPLG). (MONTEIRO; p.63. 2013).

Existiram muitos movimentos antes da formação do PAIGC, que tinham sede no Senegal e no Conacri. Segundo Monteiro, “não obstante, apenas o MLG, PAIGC e FLING permaneceram na disputa pela liderança da mobilização para a independência.”<sup>9</sup> Alguns movimentos acabaram por se unificar com FLING, que era a esta altura adversário direto do PAIGC.

Na concepção de Semedo, a criação do PAIGC foi forjada por dezenas de pessoas que eram na maioria descendentes de cabo-verdianos. Como o autor especificou, algumas pessoas como Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Inácio Júlio Semedo, Fernando Fortes e Elisée Turpin eram pessoas com um estatuto social elevado. Outros eram funcionários públicos da colônia. O trabalho deu a Amílcar a oportunidade de poder viajar para todas as regiões do país e contatar pessoas, o que posteriormente lhe ajudou na mobilização e criação do partido, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado clandestinamente em Bissau no dia 19 de setembro de 1956.

De início, após a criação do PAIGC, o partido seguiu a estratégia de luta pacífica, Tomando como referencial Senegal e Guiné-Conacri, países vizinhos da Guiné-Bissau que conquistaram a independência por tal via. Depois de 3 anos da fundação do partido, houve um massacre no dia 3 de agosto de 1959, vitimando trabalhadores do porto do cais de Pindjiguiti que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho e pagamento de subsídios. As forças da colônia foram violentas e abriram fogo contra os estivadores, o que culminou na morte de 50 trabalhadores. Isso alterou a forma organizacional de luta pacífica e gerou um sentimento de revolução, adotando-se as estratégias baseadas na disrupção econômica: estragar estradas, pontes, redes elétricas e sistemas de comunicação que os colonos instalaram.

O Massacre de Pindjiguiti em Bissau não foge à regra. Considerado como símbolo de libertação do povo da Guiné-Bissau, forjou a consciência nacional dos Bissauguineenses, embora numa fase incipiente, convocando a unidade com os cabo-verdianos para a viabilização da luta conjunta de libertação nacional contra a opressão colonial. Em vista disso, o contexto pós-Massacre de Pindjiguiti também forjou a unificação dos dois principais movimentos contestatórios — o Partido africano da Independência (PAI) e o Movimento para Libertação da Guiné (MLG) — numa única frente para a via armada, dando a Amílcar Cabral o papel de representar os interesses

---

<sup>9</sup> Movimentos que unificaram com FLING são: UPG-União Patriótica da Guiné, o RDAG-Reunião Democrática Africana da Guiné e a UPLG-União da População Libertada da Guiné.

dos filhos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, tanto ao nível internacional como ao nível interno, e de coordenar e orientar as ações políticas e ideológicas do PAI, no processo de reivindicação da independência nacional. Essa é a diretriz válida para toda a luta, a unidade baseada tanto nos aspectos históricos, quanto pela lealdade política, constituindo um movimento amplo, verdadeiramente nacional, marcado por uma única coordenação política, que representa os interesses reivindicativos para a independência, não só da Guiné-Bissau, mas, também, de Cabo-verde. (MONTEIRO, 2013. P.157-8).

Este acontecimento é um marco para o povo Bissau-guineense. O massacre de Pindjiquiti não é só um símbolo de libertação, mas de tomada de consciência e unidade nacional entre os povos de Guiné e Cabo-Verde. Amílcar coordenou essa frente revolucionária com um único interesse para os dois povos, promovendo a unificação de dois movimentos anticoloniais que eram o PAI e MLG (Movimento para Libertação da Guiné).

De 1960 a 1962 o PAIGC instalou no país vizinho, denominado Guiné-Conacri, a sua base central de movimento político e militar. Isso possibilitava movimentações do partido e treinamentos dos combatentes, pois dentro de Guiné-Bissau havia muita perseguição por parte dos colonialistas portugueses contra o movimento anti-imperialista. Após receber o apoio do país vizinho para instalação de sua base, o PAIGC começou a receber apoios de outros países da comunidade africana, de europeus e da América Latina.

Como frisou Semedo, “a República Popular da China foi a primeira a receber e formar militantes do PAIGC, depois seguiram-se outros países, dentre os quais, o Reino de Marrocos, Argélia, Países da Europa do Leste e Cuba também apoiaram a formação de quadros políticos e militantes do PAIGC” (2009, p. 17). Mesmo com apoios internacionais para formação dos quadros dentro partido, Amílcar encontrou algumas dificuldades para unificar os países Guiné e Cabo-Verde na luta de libertação, porque muitos Bissau-guineense viam cabo-verdianos ligados ao governo colonial efetivamente como colonialistas. Devido à experiência e ambição nacionalista de Amílcar Cabral, ele conseguiu unir as duas nações face ao projeto de libertação nacional. Sempre por dentro do partido, Cabral propõe e obtêm a união para lutar contra os colonialistas.

A luta da libertação nacional começou no dia 23 de janeiro de 1963, no sul da Guiné-Bissau, concretamente no setor Tite, região de Quinara, e mais tarde se estendeu para outras regiões do país, contando com a participação de guineenses e cabo-verdianos.

Mal começou a guerra e o partido tinha que responsabilizar-se com várias situações: o primeiro foi a batalha de Komo, uma batalha marcada por setenta e cinco dias de bombardeio. Essa ação fez o Estado-Maior sair de Portugal para Guiné para acompanhar de perto a ação. Do

outro lado, na zona libertada chamada Cassacá, decorria I Congresso do PAIGC, que foi convocado de emergência nos dias 13 a 17 de fevereiro de 1964. Foram 5 dias de reuniões que tinham como participantes os principais quadros do partido, dirigentes das bases militares e delegados de tabancas. A causa da convocação do I Congresso foi corrigir os erros que estavam acontecendo no momento, tais como abuso de poder por parte de alguns comandantes da luta, assassinatos, maus tratos ou ameaças à população. Todos esses comportamentos não condiziam com a conduta do partido, por isso houve a convocação para acertar os erros, pois os líderes tinham medo de perder a confiança das massas e isso poderia criar obstáculo aos objetivos iniciais.

Nesse congresso, segundo Semedo (2009, p. 22), foram traçados planos que sustentassem o aspecto político e militar e orientassem o partido para conseguir o objetivo da luta que era a independência. Dentro do plano político constava a reorganização do partido tanto na base como no nível dos órgãos dirigentes; o reforço do trabalho político junto à população e o fim da manobra dos adversários que queriam dividir a união dos povos. No plano militar havia os seguintes pontos: reorganizar a luta armada e a redistribuição de forças; criar comandos sub-regionais; criar a FARP (Força Armada Revolucionaria do Povo); ampliar e multiplicar a frente de batalha; aumentar a frequência de ataques a quartéis e posições portuguesas e, por fim, treinar quadros militares especiais e quadros de combate armado nas ilhas de Cabo Verde.

Na assertiva de Monteiro (2013, p. 181), esses dois eventos do ano de 1964 (a Batalha de Komo e o I Congresso do PAIGC feito em Cassacá) foram as primeiras reuniões para traçar estruturas e coordenar ações, e isso mudou a forma com que a luta estava sendo conduzida, fortalecendo as relações de confiança para as populações das zonas libertadas. Isto deu início à materialização da ideologia do partido e aceitação por parte das massas populares. O congresso de Cassacá foi uma ponte para a colaboração dos chefes tradicionais no partido e o reconhecimento obtido por estes na organização política. E ainda representou a construção da igualdade para que todos pudessem contribuir para a independência sem separação de etnias, raças e classes sociais. Esta foi umas das estratégias que o PAIGC incluiu no partido: de levar para diferentes partes do território sua ideologia através dos chefes tradicionais.

Para Sucuma (2021), as estratégias adotadas pelo PAIGC de integrar os chefes tradicionais ao órgão de poder fizeram perceber que o partido deu uma abertura grande às estruturas dos poderes tradicionais. Foi uma estratégia que deu ao PAIGC conexão com os

representantes destes poderes e isso ajudou para que o movimento e suas ideologias libertadoras contribuíssem na luta, atingindo diferentes camadas da população.

Por isso Woollacott (1983, p.1134) recorda que o PAIGC conseguiu ter sucesso na luta e libertou algumas zonas. Dentro dessas áreas libertadas o partido criou as suas próprias estruturas estatais, o que foi o começo da república independente. Isso fez com que as populações das zonas libertadas melhorassem suas vidas através de uma rede de mercados e de distribuição dos produtos dos camponeses.

Nessa mesma perspectiva, com a situação cada vez mais fora do controle da autoridade colonialista portuguesa, tivemos a nomeação de Antônio Spinola como governador da Guiné. Spinola teve uma consciência clara de que só com a guerra com armas não seria possível reconquistar a confiança do povo, apesar de admitir ser necessária a guerra.

O insucesso das tropas dos colonos portugueses impulsionou a nomeação de Spinola para ocupar o cargo de governador-geral em Bissau no ano 1968. Embora o nomeado tenha tentado governar de forma diferente de seu antecessor, criando estratégias como a campanha para uma Guiné-Melhor, construindo escolas e investindo na alfabetização. Tudo isso era a forma de se aproximar mais das populações para assim poder ter mais de credibilidade. Como afirma Woollacott (1983, p.1134):

Os espetaculares sucessos da luta de libertação dirigida pelo PAIGC forçaram o colonialismo português a dar um passo audacioso na Guiné, um passo sem paralelo nas outras colônias, também em guerra, e nem mesmo em Portugal. À nomeação de António de Spinola, em 1968, para o cargo de governador-geral em Bissau representou um desenvolvimento qualitativo na luta. Spinola — ao contrário do seu antecessor, Arnaldo Schultz, e, virtualmente, de toda a hierarquia militar em Lisboa — reconheceu existir um problema grave naquela pequena e inóspita «província» ocidental portuguesa: a guerra estaria quase militarmente perdida e a completa negligência das autoridades coloniais perante as necessidades e aspirações do povo sob a sua administração nominal fornecera ao PAIGC um campo fértil de recrutamento e uma sólida base de apoio. (Woollacott, 1983, p.1134).

Os sucessos da guerrilha do PAIGC evidenciaram a decadência do colonialismo desde o ataque de Komo. Os colonialistas se sentiram enfraquecidos e o PAIGC avançava cada vez mais para o fortalecimento da campanha contra os colonialistas portugueses, estabelecendo emissões da rádio Libertação que possibilitavam à população entenderem a razão da luta e a ideologia do partido.

O plano do colonialismo era agora reverter a antiga política de exclusão social dos povos autóctones e das suas estruturas subalternizadas, que impediam suas participações

sociopolíticas, econômicas e culturais. Uma nova diretriz de inclusão socioeconômica e política foi desencadeada por Spínola, com a implementação de vários programas e estratégias, tanto em aspectos militares quanto socioeconômicos, persuadindo, assim, o psíquico social dos povos autóctones.

A adoção desta política visava promover situações concretas para articular os representantes das estruturas tradicionais, que, por vezes, eram intermediários entre a realidade das suas localidades e o poder político estatal, do governo imperialista, através de um espaço denominado de Congresso do Povo.

De acordo com Monteiro (2013), dentre as estratégias e planos de Spínola, houve o comportamento desesperador no dia 22 de novembro de 1970. O intuito era de acabar com o PAIGC e os seus feitos. O governo colonial instituiu um ataque chamado “Operação Mar Verde” à base do PAIGC no país vizinho, Guiné-Conacri onde o PAIGC tinha a sua base de retaguarda. Essa operação foi chefiada pelo comandante português Alpoim Calvão. O objetivo da operação era libertar os soldados portugueses presos, prender o líder do PAIGC no campo de batalha e assassinar o presidente da república de Conacri, Sékou Touré. Durante essa operação, tanto Amílcar Cabral como Sekou Touré estavam fora do país e a operação não teve sucesso.

A participação de Amílcar Cabral no Quarto Congresso dos Assuntos Gerais no Organismo das Nações Unidas (ONU) fortificou a informação perante a comunidade internacional sobre as zonas libertadas pelo PAIGC, solicitando o suporte para tirar os colonos do território da Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Também aproveitou para pedir o reconhecimento dos delegados dos países-membros das Nações Unidas das zonas libertadas na Guiné-Bissau.

O PAIGC ocupava uma boa parte do território. A delegação da ONU foi visitar as zonas libertadas no mês de abril de 1972. A visita culminou com a legitimação do PAIGC na assembleia Geral da ONU na sessão XXVII. De início a independência foi desenhada para que acontecesse ao mesmo tempo nos dois países, Guiné-Bissau e Cabo-Verde, o que infelizmente não foi o caso porque a guerra avançava mais na Guiné-Bissau e os militares ocupavam uma boa parte do território.

O líder do partido para independência da Guiné e Cabo-Verde faleceu nas vésperas da independência. Cabral faleceu no dia 20 de janeiro de 1973, na Conacri. Como afirma Semedo, (p.23. 2009) é possível “afirmar que Amílcar Cabral foi assassinado a mando da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança, (PIDE/DGS), órgão do

governo colonial que já havia planejado o assassinato de Amílcar Cabral em diversos momentos”. A morte era umas das estratégias do governo colonial. Para eles, matar Cabral significava acabar com todas as estratégias do PAIGC e com as perspectivas ideológicas de seu líder.

Castanheira, (1995, p.81), junto de Monteiro, (2013. p.190), traz a seguinte frase de Cabral: “Se um dia for assassinado, sê-lo-ei, provavelmente, por um homem do meu povo, do partido e talvez mesmo da primeira hora”. Essa afirmação foi uma fala do líder do PAIGC e isso nos remete a uma interpretação que ele não sentia medo só com as tropas portuguesas, como também no partido e no quartel devido ao clima que pairava no seio das tropas do movimento.

Depois de seis meses da morte do líder africano para a independência da Guiné e Cabo-Verde, o PAIGC realizou o seu II Congresso em Madina de Boé, na zona libertada da Guiné-Bissau, como objetivo de resolver a crise interna dentro partido e efetuar a escolha de um novo secretário-geral. Segundo Semedo:

Em julho de 1973, após seis meses do assassinato de Amílcar Cabral, o partido realizou o seu II Congresso no leste da Guiné para tentar resolver a crise interna e escolher um novo secretário-geral. Nesta reunião, fora eleito Aristides Pereira (cabo-verdiano) para o cargo, ante um aparente inconformismo de um grupo de guineenses liderado por Fidélis Cabral D’Almada que se posicionara a favor a eleição de João Bernardo Vieira (Nino Vieira) (SEMEDO, 2009. p.23)

Dentro do congresso foi decidida ainda a convocação da I Assembleia Nacional Popular. Nessa reunião o partido traçou planos políticos e organizacionais para poder provar para a comunidade internacional que o PAIGC já tinha tudo sob controle na maior parte do território da Guiné-Bissau. Assim, o II Congresso Nacional Popular foi realizado para proclamar o Estado da Guiné-Bissau, formar um executivo e redigir a primeira Constituição do país. Ainda assim, a escolha do secretário-geral não soou bem pelos grupos do partido.

A Assembleia Nacional Popular foi realizada dois meses após o II Congresso, no mesmo local do Congresso, no dia 24 de setembro de 1973, para declarar a independência unilateral da Guiné-Bissau na Boé, que fica situada no leste do país. O ato da proclamação foi lido pelo presidente da assembleia nacional João Bernardo Vieira, que em seguida deu posse ao primeiro presidente da Guiné independente, Luís Cabral.

Logo após a proclamação da independência, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Guiné-Bissau.

Mesmo com a proclamação da independência de Guiné-Bissau pelo PAIGC, Portugal não reconhecera ainda a independência. Após o governo português sofrer o golpe de Estado que derrubou o regime fascista no dia 25 de abril de 1974, foram criados meios de diálogo entre o governo português e o PAIGC. Em Argel, foi rubricado o acordo de paz entre as duas partes em guerra no dia 10 de setembro de 1974 e Portugal acabou reconhecendo oficialmente a independência da Guiné-Bissau nesse dia. (SEDEMO, 2009).

Depois de sua instalação nos entrepostos, os portugueses fizeram alianças com chefes tradicionais e seus povos. Segundo Monteiro (2013) “o Estado colonial se configurou assim a partir do resultado de alianças, de trocas de favores e promessas entre os europeus e os chefes tradicionais e religiosos africanos, sobretudo os islamizados”. Os colonos, para além da exploração das matérias-primas, fizeram aliança com chefes tradicionais e essa estratégia acabou criando a interferência destes dentro da estrutura do poder tradicional, controlando e tomando decisões sobre comunidades tradicionais sem que a autoridade local pudesse interferir. Isso violava a regra do que é tradicional, religioso e sagrado porque o poder dos chefes tradicionais é um poder que vêm da linhagem familiar, não é qualquer pessoa que pode deter este poder.

A região de Cacheu fica no norte da Guiné-Bissau, possui uma área de 5.174,9 km<sup>2</sup> e conta com seis setores administrativos que são: Cacheu, Canchungo, Caió, Bula, São Domingos, e Bigene. É uma região que produz grande número de emigrantes. Algumas das principais atividades econômicas da região de Cacheu são a comercialização da castanha de caju, a produção de óleo de palma e venda de produtos diversos nas grandes feiras «*lumos*» realizados em maioria dos sectores que compõe a região (Guerreiro, 2011. p.15).

Em relação aos costumes, a legitimidade do chefe tem base na escolha das famílias mais antigas pertencentes a linhagem matrilinear do *clã bassásen*, instruídos para assumir o reino, e para esse efeito o entronizador (que na língua manjaca é chamado de *nagak*, *pegak* ou *nalomat*) é a pessoa que vai examinar a conduta dos candidatos e adquirir suas ofertas. A pessoa que adquire o status de entronizador é o filho mais velho do último regulo nascido na corte real e, na fase final da escolha, o entronizador manda um mensageiro para anunciar ao público o escolhido. A este é entregue a vassoura (na língua manjaca vassoura significa *bikil mjc*), que é um símbolo de poder. O entronizador evita de aparecer no ato porque o momento da enunciação é um momento crítico e pode correr o risco de ser morto (CARREIRA, 1947, p.98). Esse é um

dos preceitos para escolha do régulo, mais especificamente na Caió, no setor que compõe a região de Cacheu, centro dos estudos do autor.

Na perspectiva de Carreira (1947), a região de Cacheu é um elemento de relevância para entender os efeitos da administração portuguesa e o sistema político indígena, pois esta foi uma das regiões que os colonialistas portugueses ocuparam primeiro e passaram mais tempo. Outro elemento importante para entender os efeitos da administração portuguesa na região de Cacheu é a sua complexidade linguística. O grupo étnico dominante da região de Cacheu é o Manjaco, presente em 29 províncias. Para além destes há também, como povos minoritários, Felupe, Djola, Balanta, e outras etnias ligadas à Cassanga e Cobiana (Baboi). A região de Cacheu, assim, apresenta uma grande diversidade étnica e social. (CARREIRA, 1947 p.100).

O estado administrativo português executou o recenseamento populacional das pessoas que vivem em Cacheu e estabeleceu a cobrança de impostos como forma de aumentar as receitas tributárias. Havia desde impostos sobre a posse de animais como também uma cobrança aplicada sobre o número de camas existente dentro da casa de cada cidadão. Isso prejudicava as famílias maiores, além do que havia que se pagar taxas para registrar crianças recém-nascidas, falecimentos e casamentos. Para escapar do pagamento do imposto, muitas pessoas destruíam as camas que tinham dentro casa no dia da cobrança assim que eles escutam o som do bombolom<sup>10</sup>, que anunciava a cobrança. Antes de os soldados coloniais chegarem em casa, estas pessoas se escondiam no mato, assim os soldados chegavam e cobravam de acordo com as camas que não estavam destruídas. A cobrança dos impostos impulsionou depois os agricultores a se esforçarem no aumento da produção e comercialização, com o propósito de conseguir dinheiro para pagar os tributos (CARREIRA, 1947, p.103).

Com a indicação e nomeação das autoridades tradicionais pelos colonos portugueses na região de Cacheu, as autoridades indicadas não tinham autoridade política de realizar cerimônias rituais agrícolas ou instigar as populações a trabalhar em coletivo na manutenção de diques e na colheita. Por falta de autoridades políticas tradicionais para organizar as cerimônias, houve uma grande degradação das terras que eram cultivadas. Nesta época, Cacheu era exemplo na produção e, em razão disso, alguns manjacos começaram a contratar

---

<sup>10</sup> Tambor grande, construído a partir de um tronco de cerca de 1,5 m, escavado no sentido longitudinal de modo a ficar apenas com uma fenda de abertura, a qual é percutida com baquetas para transmitir mensagens, sobretudo notícias de falecimentos.

camponeses da etnia balanta para o cultivo de arroz. Estes contratos tinham como pagamento alojamento ou alimentação, além do pagamento em dinheiro. (CARREIRA,1947).

Com o declínio na produção agrícola, reduziu-se a esperança da administração portuguesa, porque o interesse desta era aumentar as receitas internas e negar aos cidadãos guineenses a venda de seus produtos para os países vizinhos. Foi estabelecida a exclusividade na produção camponesa para proporcionar envio de todos os produtos para Portugal. Mesmo o poder administrativo mantendo controle sob produtos africanos, havia pouca contribuição dos portugueses em relação à troca com africanos, não eram compatíveis com o valor do produto africano que eles adquiriam, e nos países vizinhos os agricultores da região de Cacheu conseguiam oferecer produtos em melhores preços. Portanto esse é um dos fatores que culminou a exportação ilegal e de mão de obra. CARREIRA,1947, p.105).

Os impostos levavam a trocas desvantajosas. A pressão das autoridades administrativas durante o período de Estado Novo sobre as populações na região de Cacheu obrigou a emigração dos habitantes da região para países vizinhos segundo o autor, entre os anos 1948 e 1950, metade dos manjacos da região de Cacheu emigraram para os países vizinhos de Senegal e Gâmbia. (CARREIRA,1947, p.106)

As antigas colônias portuguesas na África passaram por um processo de fragmentação. O sistema colonial no século XX dividiu as populações em grupos distintos, conforme fossem julgados como civilizados ou não civilizados. Essas categorizações beneficiavam os grupos listados dentro da categoria de civilizados, que possuíam a imunidade do direito público português.

No caso português, a implantação de um sistema colonial moderno, em finais do século XIX, significou uma mudança radical da situação jurídica da maioria dos habitantes dos espaços coloniais ultramarinos africanos, assente na racialização da cidadania. A partir de então assistiu-se a uma dissociação entre o indígena (dotado de identidade étnica, e, portanto, garantindo apenas direitos privados, específicos de um dado grupo) e o cidadão (privilégio dos civilizados, garantido pelo direito público colonial). Uma análise da separação racializada entre cidadão e indígena é central para compreender a constituição das categorias coloniais através de um regime muito preciso de direitos e de obrigações. (MENESES, 2009. p.15).

Durante o Estado Novo, a África portuguesa mantinha os estatutos coloniais e as divisões administrativas, o que culminou na divisão da população da Guiné-Bissau em dois tipos: “*indígenas e civilizados*”. De acordo com o estatuto, eram considerados “nativos” os indivíduos de raça negra não especificada ou enquadrada com a sua raça, sendo os “indígenas”

sujeitos que se identificavam com as suas tradições e cultura, e eram governados pelos régulos, pagavam impostos e estavam submissos às leis consuetudinárias africanas quanto ao acesso à terra. Por um sujeito ser indígena eram-lhe aplicadas as leis consuetudinárias de acordo as normas indígenas. Essa categoria abarcava quase a totalidade da população que compunha a região de Cacheu desde o ano de 1945. Nas outras regiões do país que compunham as zonas rurais, a situação era semelhante.

A outra categoria, de “civilizado” ou “assimilado”, aplicava-se para indivíduos um pouco mestiços, crioulos descendentes de comerciantes afro portugueses, pessoas que adquiriram os hábitos, a cultura, educação e religião dos portugueses. Pessoas nessa categoria de civilizados ou assimilados tinham direito a ser considerados cidadãos plenos da colônia, conferindo-lhes o diploma de cidadão. A concessão do diploma era para as pessoas que sabiam falar e escrever português bem, sujeitos que se afastaram das práticas rituais da tradição africana, que cumpriam com o serviço militar. De acordo com Carreira (1947), o número total de “civilizados” na região de Cacheu era de 341 pessoas no ano de 1945, o que correspondia a cerca de 1% da população da região. A maioria dos ditos “civilizados” concentrava-se na cidade de Cacheu e Canchungo. (CARREIRA, 1947, p.108). O estatuto servia nitidamente de afirmação do Estado português nas colônias ultramarinas, e mexeu com as estruturas tradicionais na região de Cacheu.

As relações entre chefes de posto e os chefes indígenas converteram-se em meio fundamental para contratação da mão de obra e dos itens que eram precisos, embora as autoridades tradicionais nem sempre estivessem em condições para satisfazer os pedidos e protocolos do chefe de posto, o que gerava uma instabilidade nas relações. Não era um relacionamento da prestatividade. (CARREIRA, 1947 p.112)

No decurso do Estado Novo, a região de Cacheu sofreu muito com a deslealdade que envolvia a sucessão das autoridades tradicionais, e houve disputas entre funcionários portugueses e chefes indígenas. Um dos fatores dessas disputas era o desconhecimento das leis consuetudinárias relacionadas ao cargo de régulo. O livro de registros do tribunal está lotado de conflitos entre autoridades indígenas e os candidatos-intrusos ao cargo tradicional, apoiados pelos funcionários portugueses. Como estes burocratas tinham dificuldades de lidar com as leis da sucessão das autoridades tradicionais, pessoas que não se encaixavam nos requisitos da sucessão para ser régulo se aproveitaram da situação de ignorância dos portugueses sobre as leis de sucessão e se apresentaram para ser régulo. (CARREIRA, 1947)

A interferência da metrópole originou profundas mudanças no que tange o poder da autoridade tradicional, porque passou a permitir a escolha de chefes tradicionais da comunidade sem que o indivíduo tivesse a menor legitimidade. Como afirma Carreira, a região de Cacheu sofreu com a intervenção política no poder tradicional após a ocupação colonial portuguesa:

Os regulados responderam diferentemente às intervenções coloniais. Após a ocupação pelos Portugueses da Região de Cacheu, os sistemas de sucessão começaram a ruir em muitos regulados. O Rei manjaco de Bassarel foi substituído pelo Governador regional português em Canchungo, como a autoridade política da Região de Cacheu. Em vez de receberem autorização ritual apenas do Rei manjaco, os antigos regulados do Reino Manjaco e mesmo os territórios independentes, tinham que obter a aprovação colonial antes que os chefes tradicionais legítimos e os líderes políticos pudessem assumir o cargo. (CARRIERA p.121)

O prosseguimento da herança do poder tradicional começou a ter declínio na época colonial devido a substituições fora das normas do ritual, que passaram a depender da aprovação dos colonos e do governador regional português em Canchungo, que era a pessoa que, ao fim, fazia a autorização e escolha do régulo, sempre escolhendo o residente do território local que melhor cooperasse com os colonos portugueses. Isto era uma violação das tradições e dos direitos costumeiros nas comunidades locais, porque segundo tais tradições na região de Cacheu, em seus diferentes setores (Caió, Tame, Canhoube, Bugudjam, Bassarel e Ilhas de Pexiche), só poderia ser régulo a pessoa pertencente à linhagem de Bassassa. Em outras secções (Calequise, Pandim, Pelundo) só poderia ser régulo os pertencentes da linhagem Babussim. Para as pessoas da linhagem Bassassam, a seleção é realizada por meio de métodos ritualísticos onde é abatido um galo para comprovar a legitimação do régulo ou não. A parte retirada do galo são os testículos. Se os testículos do galo ficarem pretos, significa que a pessoa não possui legitimidade; já se ficarem brancos, significa que a pessoa possui legitimidade para ser o régulo.

Depois da conquista da independência, em muitos países africanos nos quais atuam poderes tradicionais, houve uma repulsa por parte do poder político e administrativo estatal, desprezando e desconsiderando estes poderes em nome da construção do Estado-nação. Esse enfraquecimento ou ocultação do poder tradicional se deu, no caso específico de Guiné-Bissau, em 1973.

No pós-independência houve grande violência do Estado contra um expressivo número de chefes tradicionais em diferentes regiões do país, como o caso do chefe manjaco Baticã, que foi julgado pelo tribunal popular e fuzilado em um campo de futebol diante da população. Com

atos de violência como este, o PAIGC perdeu o apoio da etnia manjaca e assim o FLING conseguiu fortificar seu lugar de oposição. (FERNANDES,1993. p.44).

As autoridades tradicionais na Guiné-Bissau sofreram exclusão no cenário político e administrativo no pós-independência. Isto pois as autoridades pós-independência acreditaram que os poderes tradicionais contribuíram e ajudaram os portugueses a implementar o colonialismo e, subsequentemente, as elites políticas e governamentais africanas teriam atuado na ocultação das autoridades tradicionais no cenário político africano. No caso específico guineense, o poder tradicional foi entendido como rastro da colonização implementada pelos portugueses.

No período pré-colonial, as autoridades tradicionais estavam ligadas à ideia da ancestralidade. Na época colonial começamos a ver a fragilização das autoridades tradicionais pelo não cumprimento de leis consuetudinárias por conta da interferência dos colonos no poder. Com isso, em várias regiões do país, muitas autoridades tradicionais foram obrigadas a retrocederem ou foram substituídas pela administração colonial. As autoridades substitutas trabalhavam para satisfazer o interesse dos colonos e não cumpriam o seu papel enquanto autoridades tradicionais. No pós-independência, as autoridades tradicionais ressurgiram depois da formação do Estado moderno como braço direito do Estado e dependentes de alianças políticas, o que vamos desenvolver mais adiante. Ressaltemos que o poder tradicional era existente já antes do Estado; quando surge o Estado, já existiam as autoridades tradicionais que se estruturavam na base da linhagem.

Após a independência houve uma ruptura na unidade entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Esta unidade era o objetivo do idealizador da luta de libertação. É de salientar que os dois países têm um laço histórico próximo através da ancestralidade. Segundo Monteiro (2013), essa conexão entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde é marcada historicamente pela escravidão, pois muitos bissau-guineenses eram arrancados de Guiné-Bissau e levados contra sua vontade para Cabo-Verde, criando uma dinâmica de trânsito que estabelece o parentesco entre o guineense e cabo-verdiano.

O sonho do pai da nação da Guiné e Cabo-Verde não durou muito. Pouco depois de sete anos de independência houve a desintegração. Esta ocorreu no dia 14 de novembro de 1980 através de um golpe de Estado comandado por João Bernardo Nino Vieira. O movimento, que tirou o presidente Luís Cabral do poder, foi denominado de “*Movimento Reajustador*” e era formado por um grande número de militares combatentes da liberdade da pátria. Com o golpe,

a situação acabou piorando no seio de guineenses e cabo-verdianos, pois gerou uma crise entre os cabo-verdianos que ficaram desgostosos com a deposição de Luís Cabral por meio do golpe de estado.

Houve várias justificativas para o golpe de 14 de novembro de 1980 por parte do *movimento reajustador*. Uma delas foi de que “o golpe de Estado, chamado de Movimento Reajustador, seria uma forma de preservar a memória ‘tradicional’ como contraponto à ‘modernização’ defendida pelo governo de Luís Cabral. (AUGEL, 2007 apud TEIXEIRA, 2015, p.195)”.

Um dos focos da justificativa dos *reajustadores* era a defesa da cultura guineense face à exigência de unidade entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde. No pós-independência, as manifestações étnicas e culturais eram consideradas como tribalismo. Considerando que Guiné-Bissau é um país com muitos grupos étnicos, neste período os poderes tradicionais foram excluídos do cenário político. Isso mostra que o Estado pós-independência possuía uma visão de modernidade ocidental que acabou desvalorizando a memória do povo. Assim, o *movimento reajustador*, na contramão da ideia de liberdade ocidental, tinha o apoio dos chefes tradicionais.

A outra justificativa para o golpe de Estado era a necessidade de tirar o poder da mão dos cabo-verdianos, pois estes ocupavam a maior parte dos cargos superiores no governo, enquanto os guineenses ocupavam cargos inferiores. A questão era a devolução dos cargos-chave para os verdadeiros combatentes que lutaram contra os imperialistas para a independência da Guiné e Cabo-verde (SANCA, CÔ. 2017).

A condução da guerra da libertação agrega algumas diferentes visões sobre a formação do Estado-Nação guineense. O pai da nação de Guiné e Cabo-Verde, Amílcar Lopes Cabral, desde o início tratava com alguma cautela as questões étnicas, sempre com posição de isento. Como nos referimos na breve biografia da Amílcar Cabral, este nasceu em Guiné-Bissau, filho dos pais caboverdianos, então ele não se encaixa em qualquer umas das etnias guineenses, embora seja de nacionalidade guineense.

A sua posição de “neutralidade” deixava-o num lugar privilegiado e confortável para se perfilar como o artífice da nova consciência nacional que se queria forjar a partir da luta armada de libertação contra o colonialismo português. Assim sendo, os objectivos de Amílcar Cabral só podiam ser os mesmos que J. Breully defendia, isto é, os de que os interesses e os valores da nação tinham “prioridade sobre qualquer outro interesse e valor”, merecendo, por conseguinte, qualquer espécie de sacrifício para os recuperar e conservar. (SOUSA, 2008, p.162)

A neutralidade de Amílcar Cabral face à questão étnica também serviu como estratégia para organizar os movimentos da luta de libertação sem qualquer divisão étnica, sempre erguendo a nação acima de quaisquer outros valores.

Segundo Fargol (2018, p.161) o objetivo do líder da luta de libertação da Guiné e Cabo-Verde era fazer as populações desses países, tanto homens como mulheres, terem uma única forma de pensar e interpretar, dentro de um mesmo viés ideológico sob o espírito identitário pan-africanista.

Com a ideologia pan-africanista e a negritude, o PAIGC conseguiu contrariar a lógica imperialista e recuperar a ideologia identitária na aceção de ganhar uma nova estrutura política e sobretudo de ser um país independente.

Se o regime colonial cimentou e explorou até a exaustão as contradições entre os diferentes grupos étnicos, o nacionalismo moderno emergente nas colónias portuguesas nos anos 40 do século XX tentou recuperar a ideologia identitária, graças à influência pan-africanista e negritudinista. A partir de então, as suas exigências ganharam uma nova dimensão do ponto de vista cultural e político, nomeadamente no tocante à reivindicação explícita da independência, num quadro nacional e pan-nacional, e no que dizia respeito à edificação de uma nova nação e de um “Homem novo”, entendidos como a representação cabal desse sentimento identitário. ( SOUSA, 2008, p.162)

Na construção de uma nova nação, era também importante a concepção de Amílcar Cabral sobre o “homem novo”. Segundo Monteiro (2013, p. 33), “a concepção da nação em Amílcar Cabral estava associada à questão da libertação, do nascimento do ‘homem novo’, de uma nova cultura nacional, uma consciência de pertencer a uma comunidade ligada a um território, para a sua afirmação na luta de libertação”. O Homem Novo é um termo utilizado por vários países africanos que estavam na luta para libertação, e foi slogan de mobilização político e ideológico de Amílcar Cabral.

Sergio Vieira, citado por GRAÇAS (p.238), aponta que a teoria do homem novo seria a evolução do homem em quatro estágios diferentes que são: o homem feudal, o homem burguês, o homem colonizado e, na conclusão, o homem novo revolucionário sob o lema “*para uma nova cultura*”.

Cabral já havia percebido a complexidade étnica na Guiné-Bissau e, por isso, sempre tentou mobilizar as populações sem questões de pertencimentos étnicos.

Não é a existência duma raça ou dum grupo étnico, ou seja, o que for que define ou condiciona o comportamento dum agregado humano não. São, sim, o meio social e os problemas resultantes da reação desse meio e das reações dos próprios homens em questão, tudo isto define o seu comportamento. Por outras palavras: um grupo de homens – seres humanos – constituirá uma “raça” ou um “grupo étnico” ou outra coisa, na medida em que enfrentem problemas comuns e lutem pelas mesmas aspirações. (ANDRADE, 1980, p. 34)

As questões da raça e grupo étnico foram substituídas por grupos de homens ou seres humanos sem que fosse identificada a etnia. Isso seria uma forma de evitar que questões étnicas gerassem dificuldade nas mobilizações. O que estava em jogo era fazer a luta pela mesma causa: lutar contra os colonizadores portugueses para libertar o país.

Dentro do movimento da libertação da Guiné e Cabo-Verde, o líder do movimento tentou pôr fim às formas de práticas culturais e tribais. Para ele, este elemento era fatal para a luta de libertação e isso levou o movimento a atritos com chefes tradicionais.

No interior do seu partido, Amílcar Cabral tentou acabar com determinadas práticas culturais tribais consideradas nocivas para o seu movimento de libertação em luta. Combateu os chefes tradicionais que eram contrários à ideia de libertação nacional ou que se tinham colocado literalmente do lado dos portugueses. (SOUSA, 2008, p.164).

Mais tarde, o movimento compreendeu que a luta criou novas interrupções pela incoerência entre as massas e alguns chefes tradicionais que estavam ao lado dos portugueses. Isso foi umas das dificuldades e falhas do movimento da libertação ao organizar melhor e levar em conta os termos históricos dos grupos étnicos.

O líder do movimento da independência da Guiné e Cabo-Verde reconhecia que dentro da sociedade guineense havia questões étnicas a serem consideradas na construção da nação. Nessa direção, o líder do movimento da independência não permitia nenhuma divisão no seio do partido.

Cabral até admitia que houvesse ainda, no quadro da sociedade guineense, problemas tribais e étnicos, no caminho para a edificação da nação. O que não aceitava nem tolerava era que dentro do seu próprio partido houvesse divisões. Uma coisa era a sociedade e outra o seu partido, o PAIGC, dentro do qual a preocupação maior devia ser a de unir e não a de dividir. Uma coisa era o comportamento da sociedade e outra o dos elementos que integravam o seu partido. Em 1969, face aos inúmeros problemas internos, Cabral voltou a insurgir-se contra uma tendência tribalista e racista que ganhava cada vez mais força no PAIGC. Foi nesse mesmo ano que constatamos o maior número de referências sobre a questão da “nação”, do “tribalismo” e da etnicidade nos discursos do líder guineense e cabo-verdiano. Este facto, decerto, não está dissociado da crise interna e de liderança em que o seu partido se mergulhou,

a partir de 1967, acerca das quais seria bom referir apenas alguns sinais (SOUSA, 2008, p.165).

Dentro do partido eram proibidas quaisquer formas de tendência tribalista e racista, dada a preocupação de unir os povos. Isso demonstra a preocupação de Amílcar Cabral em evitar problemas tribais e étnicos na construção da nação, para que a união entre guineenses prevalecesse.

O nascimento da nação guineense foi assentado em diversas ações políticas e conflitos, fator este considerável para pensar os diferentes momentos de cisão interna em quatro décadas após a independência. Como afirma Laranjeiro:

A fundação da nação guineense foi alicerçada em dinâmicas políticas conflituosas que se vão revelando nas cisões internas que têm decorrido desde a independência até à atualidade. A instabilidade política evidencia que o fenómeno nacionalista não foi suficiente para formular um projeto nacional. E a inexistência de um projeto nacional significa a coexistência de vários modelos. Em junho de 1998, eclodiu uma violenta guerra civil e desde então a Guiné-Bissau continua a ser afectada por vários episódios de violência política. Torna-se necessário analisar a instabilidade política e a violência, não como um fenómeno resultante ou característico do contexto de pós-guerra, ao invés, enquadrar as continuidades históricas em que esta é entendida e racionalizada. De facto, ao considerar-se a guerra e a sua violência como um período excepcional, esta é tida como uma mera crise ou como um obstáculo ao desenvolvimento e à estabilidade. Assim, a guerra nunca é considerada como fazendo parte integrante dum processo político de colapso de Estados e sociedades. (LARANJEIRO, 2016. p.90).

A falta de um projeto nacional bem formulado resultou em vários modelos simultâneos. A incoerência do Estado-Nação se encontrava na questão étnica, e era percebida como componente que precisava ser alicerçado. E isso originou vários episódios de violência desde o processo da independência até os dias de hoje.

### **3. RELAÇÕES ENTRE AUTORIDADES ESTATAIS E TRADICIONAIS NA GUINÉ-BISSAU CONTEMPORÂNEA: IMPASSES E DESAFIOS**

O presente capítulo tem como objetivo analisar como se dão as relações entre autoridades estatais e tradicionais na Guiné-Bissau na contemporaneidade, abordando desde a transição política e democrática na Guiné-Bissau, do regime do partido único ao multipartidarismo. No decorrer do capítulo, nos aproximaremos das discussões sobre o processo de transição democrática e o surgimento dos primeiros partidos opositores no cenário da política guineense e, por último, analisaremos o relacionamento entre poderes estatais e poderes tradicionais na Guiné-Bissau.

#### **3.1 O Processo de transição política na Guiné-Bissau: do regime de partido único ao multipartidarismo.**

O processo de instituição da democracia na República da Guiné-Bissau se iniciou em 1989, indo até a sua efetivação com a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais em 1994. Tal processo obrigou a remoção do artigo número quatro da Constituição de 1973, que dantes definia o PAIGC como a única força política dirigente de toda sociedade guineense.

A adesão da Guiné-Bissau ao conjunto dos países democráticos foi feita por meio de políticas impostas pelas agências internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), notadamente do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso porque a Guiné-Bissau, assim como outros estados africanos recentemente independentes naquela época, se deparava com várias dificuldades econômicas e financeiras, e recorreu a empréstimos junto às agências acima citadas para executar as suas políticas públicas. Isso pressupõe, a qualquer Estado, aceitar a democracia como condição imposta pelo FMI e pelo BM antes do recebimento dos recursos.

As críticas da comunidade internacional colaboraram para tais mudanças, pois giravam em torno da necessidade de um regime mais plural, da mudança estrutural e constitucional do partido único e militar, e da competição política e econômica. Esses foram alguns dos passos

que nortearam o rumo da Guiné-Bissau para a democracia, porque são condições dos princípios democráticos de um país. Após tanta crítica, o PAIGC adotou o modelo de multipartidarismo através do comitê central do partido, criando assim uma mudança na legislação nacional e na confiança da comunidade internacional. Segundo Teixeira:

Em suma, a teoria da transição democrática enfatiza a democracia concebida como uma engenharia essencialmente política que se autodetermina e não se subordina a pré-condições que não sejam de ordem institucional, no quadro das regras de jogo, cujo objetivo é fundar a democracia num “pensamento único”, sem considerar a configuração cultural e a história dos países (TEXEIRA, 2015. p. 79).

Da forma que foi imposta, como única forma que pode ser adotada, a transição democrática levou a Guiné a um novo sistema político, valorizando um pensamento único e ocidental, sem considerar com processos históricos e culturais do país.

É este processo de mudanças profundas, que se convencionou chamar de transição democrática, que vamos tentar analisar nas páginas que se seguem, pondo acento tônico nos constrangimentos de ordem política de caráter subjetivo impostos pelo partido no poder, o PAIGC (CARDOSO, 1995, p.260). Isso permitiu, logo no início, a desvinculação das organizações sindicais com o PAIGC, como, por exemplo, a central sindical União Nacional dos Trabalhadores Guineenses (UNTG).

Essa mudança do texto constitucional conduziu o país ao sistema político multipartidário, propondo, de acordo com as ideias preconcebidas por alguns dirigentes do PAIGC, mudanças que significaram uma perda de liderança em certos setores da sociedade, como nas organizações das massas. Ao mesmo tempo existe a ala que se direciona para levar até a última instância a reforma dentro do PAIGC, sobretudo visando garantir a liberdade individual e política. Isto gerou uma divisão interna dentro do Partido libertador, o que Cardoso (1995.p. 267) chama de “cisão interna do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo- Verde (PAICG)”. Esta cisão justifica a primeira crise interna dos libertadores.

A segunda crise interna do PAIGC deu-se na segunda metade de 1991, quando, na sequência de assinatura da carta dos 121 (um grupo de militantes que reivindicava a democratização interna do PAIGC, o diálogo com as formações políticas nascentes e a definição de uma linha política clara que permitisse restaurar a confiança dos militantes, simpatizantes e aderentes) o PAIGC dividiu-se politicamente em dois grandes blocos.

Já no segundo congresso do partido, as subdivisões dentro do PAIGC aumentaram para três facções: os conservadores (que pretendem conservar o PAIGC não só como o partido único,

mas também como Partido de Estado); os reformistas (que defendem a liberalização para a concorrência multipartidária) e os liberais (que exigem simplesmente a democracia interna no PAIGC). Foi nesse contexto de disputas e contradições ideológicas que nasceram os primeiros movimentos políticos sob forma de oposições (partidos políticos) na Guiné-Bissau.

Não obstante, a origem da oposição ao PAIGC data da pós-independência devido a alguns erros cometidos pelo partido, sobretudo no que tange às perseguições aos poderes tradicionais e à consolidação de uma estrutura de poder centralizada que gerou o descontentamento de certos militantes e a fuga de jovens quadros para o exterior, em especial para Portugal.

Algumas das primeiras formações políticas opositoras ao PAIGC na Guiné-Bissau são: Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING); Partido da Convergência Democrática, (PCD); Partido Democrático do Progresso (PDP); Partido da Renovação Social (PRS); Fórum Democrático (FD) e União Democrática da Oposição (UNIDO).

Segundo Cardoso (1995, p. 274), a oposição em Guiné-Bissau se apresentou de forma diferente e contraditória ao que aconteceu em Cabo-Verde e Moçambique, onde os opositores aceitaram se organizar em torno de um único grupo de reflexão. Porque, para além de ser marcada pela divisão, a oposição em Guiné-Bissau foi também caracterizada pela ambição dos seus líderes, por partidos sem estruturas e sem ideologias políticas, o que conduziu essas oposições a serem também oposições entre elas, em vez de se associarem politicamente contra o PAIGC.

Ainda sobre esta adesão às tradições ocidentais, considere-se que a Guiné-Bissau foi obrigada a aderir a esta cultura democrática multipartidária através de uma coerção internacional, em um contexto em que o país não dispunha das condições necessárias para entrar nesse novo modelo, alicerçado em uma propriedade econômica individual. Isto traz uma cultura de desumanização, permitindo a ruptura de valores tradicionais entre os guineenses.

Olhando atentamente para a situação política da Guiné-Bissau depois da adesão ao multipartidarismo, é possível detectar uma larga desvantagem que este processo tem deixado para o país e para África de forma geral. Pois além de ser um regime que promoveu uma certa ruptura interna dentro dos partidos e movimentos promotores da independência e da unidade nacional, a democracia deu abertura à concorrência política e à economia capitalista, tanto no plano interno como na vertente internacional. A livre concorrência do mercado entre os Estados Nações, por meio da democracia, move os países economicamente fracos a servirem de simples

mercados para o consumo de mercadorias, ficando reféns para a dominação capitalista estrangeira. No entanto, a Guiné-Bissau não foge desta nova ordem geoestratégica, geoeconômica e geopolítica mundial. Esse pressuposto é um subsídio importante para a explicação das causas do neocolonialismo na África, especificamente em Guiné-Bissau.

Na sua obra “O neocolonialismo em África”, Kwame Nkrumah aponta a adoção de uma cooperação africana fora do plano de negócio dos países altamente industrializados como um dos possíveis e importantes caminhos para a saída da África da dependência econômica e da exploração internacional, sob pena de o continente continuar a ser fonte da exploração das antigas potências imperialistas.

Qualquer forma de união econômica negociada apenas entre Estados altamente industrializados da Europa e os jovens países africanos só poderá atrasar a industrialização e, portanto, a prosperidade e desenvolvimento econômico e cultural destes países. Com efeito, daí resultaria que os países africanos que se deixassem seduzir continuariam a servir de mercados protegidos do ultramar para os seus parceiros industrializados e de fontes de matérias-primas a baixo preço. (NKRUMA, 2011, p. 295).

Ainda, adicionando o insulto à injúria, esta nova onda de colonização, levada a cabo para beneficiar os mais ricos dos países mais ricos do mundo, é feita em nome da “democracia” e “garantia dos direitos humanos” com o apoio entusiástico de muitos autoproclamados “progressistas”. A hipocrisia do imperialismo atual é realmente de nos deixar sem respiração, porque ela classifica severamente o governante eleito como sendo um “ditador”, mas saúda os governantes não eleitos, vendendo-lhes mortífero armamento pesado, tornando assim impossível a resistência que um determinado país poderia ter face à globalização atual.

À medida que a luta nacionalista se intensificou nos países colonizados e a independência surgiu no horizonte, as potências imperialistas fomentaram o tribalismo e tentaram criar cisões nas frentes nacionalistas para conseguir a sua fragmentação interna, em nome da “democracia” e dos “direitos humanos”, tal como ocorreu na Guiné-Bissau. À mutação da base material do capitalismo eurocêntrico correspondeu uma mutação das formas da dominação política. O principal objetivo já não era instalar governos estáveis que conseguissem resistir de forma duradoura à força coercitiva internacional, mas sim balcanizar, por meio da guerra, para fazer com que a Guiné-Bissau se tornasse ingovernável.

A transformação da África em uma série de pequenos Estados faz com que alguns desses Estados não tenham nem a população e nem os recursos necessários para a sua integridade e

viabilidade. Em consequência dessa divisão, eles ficam desprovidos de meios que assegurem o seu progresso econômico, e são obrigados a permanecer no quadro de uma economia colonial. É por essa razão que os países africanos procuram alianças na Europa, privando-se de uma política externa independente e prolongando a sua dependência econômica e política. O subdesenvolvimento da Guiné-Bissau é, assim, explicável.

Quanto mais examinamos os muitos perigos a que estão sujeitos os novos Estados da África e os que lutam ainda pela sua liberdade, mais evidente se toma que a nossa melhor protecção - direi mesmo, a nossa única protecção - reside na nossa unidade. Com efeito, é ela que todas as iniciativas do imperialismo procuram impedir. (NKRUMAH, 2011. p.306).

A unidade entre os estados africanos apontada por Nkrumah já mereceu críticas por parte de alguns teóricos das ciências sociais. Contudo, é conclusivo que sem a reunião política dos atuais Estados Nações Africanos, o desenvolvimento da África e, para nosso foco, de Guiné-Bissau, será impossível, na medida em que a política econômica internacional vai incessantemente sobrepor interesses alheios ao continente por meio da “cooperação”.

Posteriormente, Guiné-Bissau organizou as suas primeiras eleições gerais multipartidárias no ano 1994, através de uma emenda constitucional de 1991, ratificada pelo Presidente João Bernardo Vieira.

A primeira eleição legislativa organizada em 1994 na Guiné-Bissau gerou os seguintes resultados:

TABELA DO RESULTADO DA PRIMEIRA ELEIÇÃO LEGISLATIVA DE 1994 (b)

| <b>PARTIDOS</b> | <b>NUMEROS DE DEPUTADOS</b> |
|-----------------|-----------------------------|
| PAIGC           | 62                          |
| RGB-MB          | 19                          |
| PRS             | 12                          |
| UM              | 6                           |
| FCG-SD          | 1                           |

Fonte: Comissão Nacional das Eleições- CNE, (Onofre dos Santos) – In: Um Sorriso para Democracia na Guiné-Bissau

Apesar dessa vitória do PAIGC, alguns partidos da oposição conseguiram eleger certo número de deputados. Contudo, a continuidade das contradições entre as oposições obrigou os

partidos PRS, FLING e a UM a rubricar um acordo parlamentar sem a participação do Movimento de Bafatá, que foi o segundo partido da oposição mais votado, ilustrando mais uma vez os fracassos da oposição.

Já nas eleições presidenciais, a primeira volta contou com dois “candidatos fortes”: Joao Bernardo Nino Viera, apoiado pelo PAIGC, e Kumba Yalá, apoiado pelo PRS. Estes foram para a segunda volta. Na tabela seguinte consta os resultados da primeira eleição presidencial:

**TABELA DO RESULTADO DA PRIMEIRA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1994**

| <b>CANDIDATOS</b>  | <b>PARTIDOS</b> | <b>PERCENTAGEM DE VOTOS</b> |
|--------------------|-----------------|-----------------------------|
| NINO VIEIRA        | PAIGC           | 46,20%                      |
| KUMBA YALÁ         | PRS             | 21,88%                      |
| DOMINGOS FERNANDES | RGB-MB          | 17,44%                      |
| CARLOS GOMES       | PCD             | 5,07%),                     |
| FRANÇOIS MENDY     | FLING           | 2,80%                       |
| BUBACAR DJALO      | LIPE-UM         | 2,76%                       |
| VITOR SAUDE MARIA  | PUSD            | 2,07%                       |
| ANTONIETA R. GOMES | FCG-SD          | 1,79%                       |

Fonte: Comissão Nacional das Eleições- CNE, (Onofre dos Santos) – In: Um Sorriso para Democracia na Guiné-Bissau.

Como era de se esperar, essas transformações permitiram, em julho de 1994, a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias (legislativas e presidenciais) com 15 partidos concorrentes, sendo que o PAIGC conseguiu sair vencedor, obtendo 46,4% dos votos. Essa história de contradições entre os primeiros partidos políticos e o PAIGC que posteriormente deu origem as primeiras eleições na Guiné-Bissau, derivou-se das instabilidades políticas constantes, e isso explica a adesão inadequada da África às neotradições culturais europeias, assim como explicou Macamo:

[...] ao mesmo tempo que se fala de transição política aumenta o coro de vozes que vê nos processos políticos actuais das duas uma: ou a continuação duma lógica cultural que insidiosamente compromete o êxito do processo de democratização ou um campo de tensão entre a transformação e os velhos hábitos. Em qualquer dos casos, a noção de transição insinua-se como uma contradição no sentido em que a determinação cultural do comportamento político africano essencializa os processos políticos. MACAMO (2002. p.3)

Sendo um país saído do mesmo regime colonial, a Guiné-Bissau absorveu inadequadamente as neotradições trazidas pelos europeus. Essa inadequação cultural entre o

Estado e a população guineense constitui um dos elementos de instabilidade e crises políticas constantes que pairam no país.

Após a eleição presidencial e legislativa na Guiné-Bissau em 1994, houve a tentativa de Golpe de Estado no dia 7 de junho de 1998, o que fragilizou o regime de uma nação recém democratizada. A tentativa de golpe militar de 7 de junho ocorreu na capital da Guiné-Bissau e custou muitas vidas. Durante o conflito, Nino Vieira refugiou-se na embaixada portuguesa e depois se exilou em Portugal. O conflito terminou no dia 10 de maio de 1999, mas a este se sucedeu um novo conflito em 7 de junho. A partir de então, foi criado um governo de unidade nacional com a tarefa de organizar novas eleições. A pessoa que estava na frente deste novo governo era Francisco José Fadul.

A missão do governo de unidade nacional se concretizou na realização da eleição do dia 28 de novembro de 1999, quando o candidato Kumba Yalá foi o vencedor na corrida presidencial. Isso foi um passo importante para a Guiné-Bissau, pois os organismos internacionais voltaram a acreditar nos processos democráticos e nos direitos humanos em seu território.

No ano de 2003 o mandato do presidente Kumba Yala foi interrompido por um Golpe Militar e Henrique Rosa, uma pessoa não ligada à política (ele era empresário) foi chamado para gerir o país nesta fase de transição onde se organizariam novas eleições. Foi organizada a eleição legislativa no mês de março do ano 2004, quando o PAIGC conseguiu sair vitorioso através do candidato Carlos Gomes Júnior e, em 2005, foi realizada nova eleição presidencial. Foi uma eleição concorrida, com muita disputa entre os candidatos. Nino Vieira, que era o presidente golpeado pelos militares, voltou para o país como candidato à presidência da República, mas, desta vez, não conseguiu integrar o elenco do PAIGC. Mesmo assim, ele conseguiu alguns apoios de políticos influentes para ganhar a eleição presidencial. Nino Vieira não conseguiu terminar o tempo de mandato, tendo sido assassinado no dia 02 de março de 2009, ano em que foram realizadas novas eleições presidenciais, onde o candidato do PAIGC, Malam Bacai Sanha, saiu vitorioso e assumiu o cargo de presidente da República. Um ano depois houve novo atentado e golpe militar, com assassinatos de políticos e apreensão do primeiro-ministro.

Infelizmente o presidente Malam Bacai Sanhá estava passando por problemas de saúde e acabou por falecer quando foi fazer tratamento na França. Até 2009 Malam Bacai foi o único presidente que não foi tirado pela força militar.

Com o falecimento de Malam Bacai, a constituição da Guiné-Bissau conferiu poderes ao presidente de assembleia nacional para assumir o cargo de presidente da República, interinamente. Nessa época estava ocupando o cargo Raimundo Pereira.

No ano 2012 realizou-se nova eleição presidencial, agora com muitos candidatos. Foram para o segundo turno os candidatos Carlos Gomes Junior e Kumba Yalá. Em termos de percentagem, Carlos Gomes Junior liderava. Alguns candidatos não aceitaram o resultado do primeiro turno e isso fragilizou a ordem constitucional.

Nesse mesmo ano, Antônio Indjai, que era General das Forças Armadas, começou a questionar a existência da MISSANG (Missão Angolana de Apoio à Reforma do Setor Militar) na Guiné-Bissau. Isso foi ficando cada vez mais difícil em termos de controle e no dia 12 de abril de 2012 os militares invadiram a residência do primeiro-ministro Carlos Gomes Junior e o prenderam, juntamente com o presidente interino Raimundo Pereira.

Depois de golpe de 12 de abril de 2012, com a interferência de CDEAO e de organismos internacionais, houve um pacto pela transição na qual Serifo Nhamadjo assumiu o cargo de presidente interino da República e Rui de Barros como chefe de governo interino. Os dois conduziram o processo de transição e organizaram as eleições gerais no ano 2014.

A eleição de 2014 foi vencida pelo candidato João Mario Vaz, apoiado pelo PAIGC. Até hoje foi o único presidente que conseguiu completar o seu mandato sem interrupções.

Depois do mandato de José Mario Vaz entre 2014-2018, foi organizada nova eleição presidencial e Umaro Sissocó, apoiado por MADEM-G15 saiu como vencedor. Podemos perceber que desde os primeiros momentos do processo de transição democrática sempre houve interrupções através de golpes de Estado, o que demonstra como a transição democrática na Guiné-Bissau foi constituída sem um alicerce consolidado, sendo antes um processo coagido pelas comunidades internacionais.

Para melhor entendimento, trazemos a tabela abaixo<sup>11</sup> com os presidentes de Guiné-Bissau, para poder vislumbrar melhor a nossa explanação. Se fizermos a leitura da tabela, perceberemos que desde a abertura da democracia, no ano de 1994, até 2018, apenas um presidente conseguiu terminar o mandato. Isso mostra a violação da democracia e dos direitos devido à intervenção frequente dos militares no cenário político, com golpes de Estado e assassinatos.

---

<sup>11</sup> Dados organizados pelo autor.

LISTA DOS PRESIDENTES DA GUINÉ-BISSAU

| MANDATÁRIO                            | PERÍODO DE MANDATO  |
|---------------------------------------|---------------------|
| Luis Cabral (PAIGC)                   | 1973-1980           |
| João Bernardo Vieira (PAIGC)          | 1980-1999           |
| Carmen Pereira                        | 1984- por dois dias |
| Malam Bacai Sanhá (PAIGC)             | 1999-2000           |
| Kumba Ialá (PRS)                      | 2000-2003           |
| Henrique Rosa (Independente)          | 2003-2005           |
| João Bernardo Vieira (Independente)   | 2005-2009           |
| Malam Bacai Sanhá (PAIGC)             | 2009-2012           |
| Raimundo Pereira (PAIGC)              | 2012                |
| Mamadu Turé Kuruma (Militar)          | 2012                |
| Manuel Serifo Nhamadjo (Independente) | 2012-2014           |
| José Mario Vaz (PAIGC)                | 2014-2019           |
| Cipriano Casamá (PAIGC)               | 2020                |
| Umaro Sissoco Embaló (MADEM)          | 2020-Presente       |

### 3.2 A democracia e seus passos

A transição democrática nos países da África começou nos anos de 1990, e na Guiné-Bissau esse evento aconteceu no início de 1991, indo até a realização primeiras das eleições no ano de 1994. Nesta seção não iremos abordar todos os conceitos da democracia, mas sim aqueles que consideramos como pertinentes e que servirão de guia para a presente dissertação.

A onda de mudanças dos regimes políticos teve seu começo no sul da Europa e na América do Sul por volta dos anos 1970 e início de 1980, isso levou vários autores a mergulhar no estudo da democracia e desenvolver estudos sobre a temática. Como afirma Teixeira:

Simultaneamente a esse processo de transformação de regimes políticos e da sociedade, que ocorreram inicialmente no Sul da Europa e Sul da América, nos finais

da década de 1970 e início de 1980, vários autores vêm desenvolvendo estudos no sentido de detectar a multiplicidade de significados e sentidos que a democracia estava adquirindo em várias partes do mundo no decorrer da história. O conceito de democracia, entendida como uma forma de organização política e de governo remonta à Grécia Antiga. Foram algumas correntes do pensamento grego que em primeira mão tentaram constituir um governo denominado de democrático. (TEIXEIRA 2008, p. 33)

Para Norberto Bobbio, o entendimento da democracia é a forma de organização política e de governo que remete a Grécia Antiga. A gênese da palavra democracia vem do grego “*dēmokratía*”, formado por *demos* (povo) e *kratos* (governos). Segundo as concepções Bobbianas, a democracia significa um sistema político em que o povo governa, e não monarcas ou aristocratas (BOBBIO, 2003).

Já Kelsen aponta que a origem da democracia vem da Grécia antiga, era o de “governo do povo” (*demos*= povo, *katien*= governo). A base da ocorrência era o fenômeno político denominado pela participação dos governados no governo e isso se concebe nos princípios da liberdade e autodeterminação política. Foi através desse termo que a teoria foi utilizada pela civilização do ocidente (KELSEN, 2000. p. 140)

Não podemos debater sobre o conceito da democracia sem citar teóricos que contribuíram muito com as suas obras: Bobbio, Dahl, Huntington e Schumpeter. Contudo, as concepções dos filósofos, escritores e políticos sobre a democracia terá pontos de vista diferentes em alguns momentos, como vamos demonstrar no decorrer do trabalho.

A democracia é o inverso do autoritarismo, ou, podemos dizer que com a democracia o povo goza dos direitos e da liberdade. O autor Robert Dahl (2001), utilizou o termo “*poliarquia*” para se referir à democracia. Ele admite que a democracia é o sistema que permite que todos os cidadãos participem nos processos eleitorais. Para o autor (SCHUMPETER, 1961, p.347) “a democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que devem governá-lo”. Os dois autores têm a mesma percepção no que se refere à democracia, pois a apontam como a realização de eleições. Porém, a democracia é mais que isso. Em vários países da África, o período entre o início dos anos 1980 até 1990 foi um período de transição democrática que Huntington (1994) chama da “terceira onda da democratização”. Assim acontece também em Guiné-Bissau: a transição democrática para substituição do partido único se deu com a liberação democrática e o pluripartidarismo.

Em linhas gerais, a democratização abrange a mudança de um regime não democrático para outro regime: a democracia. Huntington (1994), foi cauteloso ao demonstrar que nem sempre a democratização consegue ser completa, podendo, em alguns momentos, ser um

processo inconcluso. A democratização para Huntington tem três ondas que são: a primeira onda, acontecida nos anos de 1828 a 1926; a segunda onda, do ano de 1943 a 1962, e a terceira onda, ocorrida de 1974 ao início de 1990. A mudança do regime de governos autoritários para o sistema que podemos chamar de “democrático” configuraria esta terceira onda (HUNTINGTON 1994, p.23). Segundo Kelson, (2000, p.144), para um regime ser democrático, há que seguir a ordem social que garanta liberdades intelectuais, liberdade de consciência, liberdade de imprensa e outras.

O autor Dahl elenca algumas das vantagens da democracia. Os governos democráticos podem fazer seus cidadãos felizes, prósperos, saudáveis, sábios. O governo que conseguir abraçar essa vantagem terá um alcance democrático maior. O autor é sincero ao apontar que a democracia tem as suas falhas e seus erros, mas não podemos perder de vista os seus benefícios que são: impedir governo autocratas, garantir liberdade para cidadãos, proteger os interesses da comunidade e fomentar o exercício da responsabilidade moral (DAHL, 2001, p.74).

A Guiné-Bissau entrou em processo de democratização, como o sociólogo Cardoso (1995) descreveu no seu artigo "Transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil". Foi um processo de nascimento condicionado pelas organizações internacionais, e o país não estava pronto para aderir às novas mudanças políticas que estavam ocorrendo na África e no mundo, razão pela qual ainda hoje a sociedade guineense está lidando com dificuldades para consolidar a democracia.

Deste modo, desde a adesão do multipartidarismo na primeira eleição em 1994 ao ano de 2019, a Guiné-Bissau conta com seis eleições presidências. Contudo, democratizar um país não significa apenas tira-lo de um regime de partido único para um regime democrático, onde o poder é escolhido pelo povo. A democracia é mais do que isso, porque tem os preceitos e as normas que tem que ser seguidas. Ressalte-se: apenas um presidente conseguiu completar o seu mandato. As eleições legislativas foram realizadas sete vezes, também com interrupções, sem que o primeiro-ministro conseguisse terminar o mandato. Vale salientar que o sistema governativo da Guiné-Bissau é semipresidencialista, um sistema em que o presidente partilha o poder executivo com um primeiro-ministro, e o mandato do presidente tem duração de 4 anos, assim como o do primeiro-ministro.

A transição democrática não se resume só a realização das eleições, mas sim respeito aos preceitos que regem a democracia. Logo nos primeiros momentos da democratização, o país encontrou várias dificuldades para lidar com regras democráticas da forma clara como foi

instituída, e isso se alastrou, culminando nas várias interrupções e golpes de Estado. Tudo isso dificulta a consolidação de um processo democrático.

O autor Przerworski (1984, p.37) tentou nos esclarecer os conceitos de autoritarismo e liberalização. Para ele, o autoritarismo é um regime onde o poder é capaz de mudar os resultados políticos institucionalizados, é um regime onde pode-se ter a interferência dos militares, mesmo com a realização de eleições e a escolha de representantes. O autoritarismo ameaça os valores e interesses democráticos. Já a liberalização envolve um processo que cria a instituição de liberdade civis; é um processo que permite a organização política e tem como resultado um regime com as instituições concorrentes com as formalidades.

A democracia na Guiné-Bissau foi um percurso difícil, conturbado em diferentes momentos, com violações democráticas, golpes de Estado e violação dos direitos humanos.

#### **4. RELAÇÕES ENTRE PODER ESTATAL E AUTORIDADES TRADICIONAIS NA GUINÉ-BISSAU (1994-2018)**

Os países da África subsaariana, depois da independência, tinham que lidar com questões da nova formação sociopolítica global. Deste modo, a Guiné-Bissau encarou também esse desafio na construção do Estado-nação, o que regeu as suas relações políticas com outras partes do poder. No caso estamos nos referindo às autoridades tradicionais.

Desta forma abordaremos as relações sociopolíticas construídas na atualidade entre Estado e autoridades tradicionais. Iniciaremos por debater a volta das autoridades tradicionais no cenário sociopolítico guineense e a sua legitimação.

A movimentação à volta dos poderes tradicionais e reinos de origem africana nos países da África subsaariana e no caso da Guiné-Bissau se deu no ano 1980, com a primeira entronização. Segundo Carvalho (2000, p.38), “a primeira entronização realizada no pós-independência é de Paulino Gomes, régulo de Caio, que era membro do partido de PAIGC”. Depois da primeira entronização, deu-se um passo para as próximas entronizações por todo o país, apesar de algumas pessoas criticarem isso como uma estratégia para procurar apoio político junto às populações rurais e induzir movimentos de identidade étnica.

Com abertura do multipartidarismo houve um aumento no número de partidos em oposição ao PAIGC, que se preocupou em procurar novos aliados para fortalecer o partido, realizando seu congresso no ano 1991 e contando com a entrada de muitos chefes tradicionais e comerciantes. O partido se mobilizou para atrair chefes tradicionais para si e continuou abrindo espaço de relações com autoridades tradicionais depois da primeira entronização. Assim, as revitalizações alargaram-se por todo o país. A segunda revitalização foi do régulo de Cói, que também faz parte da região de Cacheu, onde a maioria da população é da etnia mancanha. Outro acontecimento de mobilização das autoridades tradicionais para adesão política foi na província leste do país, na região de Gabú e Bafatá, esta conduzida pela “Resistência de Guiné-Bissau” (RGB), movimento de oposição ao PAIGC. A estratégia era a de conseguir aliados dentre os chefes tradicionais, mobilizando-os e prestando homenagens aos régulos executados pela barbaridade do PAIGC, a fim de fazer fracassar a estratégia do PAIGC (FERNANDES, 1993).

O retorno de poderes tradicionais no cenário político guineense foi julgado como uma forma de aproximação do poder estatal às autoridades tradicionais e de incitação de movimentos étnicos. A abertura da democracia converteu as relações entre poderes estatais e autoridades

tradicionais na Guiné-Bissau: a relação que no passado era marcada pela desconfiança e exclusão passou a ser de confiança e valorização.

O poder tradicional se baseia nas manifestações culturais em cada etnia. Depois da independência, o poder tradicional foi alvo de tribalismo, foi tomado como enfraquecedor da unidade nacional e por isso, com a entrada de novas elites políticas e com o término do regime fascista no continente africano, e em específico na Guiné-Bissau, houve a impugnação do poder tradicional, em alguns aspectos considerado como interesseiro perante as autoridades colônias portuguesas.

Mesmo com a manipulação das autoridades coloniais após a independência o poder endógeno voltou para o campo político.

Nos contextos invocados a instituição da chefatura, ou de outras formas de poder local, foi mantida apesar da manipulação exercida pelas autoridades coloniais, da destituição do poder político dos seus signatários reconhecidos oficialmente, e do seu reduzido património económico, graças ao *capital simbólico* de que continuam a usufruir, tanto junto da população local como do estado nacional. (CARVALHO, 2000, p.42)

O poder endógeno possui o capital simbólico através dos privilégios e prestígios que são dados aos detentores desse poder perante as suas comunidades locais. Isso permite às autoridades tradicionais serem mediadoras entre a sua comunidade e o Estado através da sua legitimação e costumes. A autoridade tradicional tem a sua forma de legitimação própria no campo político endógeno.

Segundo Lourenço (2006, p.4), as autoridades tradicionais assumem um papel importante através do conjunto de fatores que constituem a história local e os hábitos culturais. Até hoje esse poder tradicional tem um destaque importante na sua posição ao fazer o elo entre poder tradicional e poder político em alguns países do continente africano.

Para Carvalho, 2000, (p.54), a “revitalização dos regulados não pode ser entendida como um retomar de uma tradição ‘adormecida’. Foram, pelo contrário, atos políticos conscientes, de populações que pretendiam reafirmar a sua identidade local e o seu poder”.

A volta das autoridades tradicionais gerou debates no seio da política africana, sendo também questionada pela sociedade guineense. Como isso vai se relacionar com processos democráticos, o debate se dividiu em duas margens, que são “tradicionalistas” e “modernistas”. Os modernistas alegam que o poder tradicional no cenário democrático não é compatível para lidar com a afirmação da democracia, que é coisa do passado, que precisa ser deixada de lado.

Enquanto isso, os tradicionalistas acreditam na compatibilidade do relacionamento entre instituição tradicional e as instituições democráticas.

Para além desses processos que reinseriam as autoridades tradicionais no cenário político guineense, o partido que estava no poder, o PAIGC, também aproveitou a oportunidade para fazer as pazes com os régulos pelos acontecimentos do passado.

Embora para alguns estudiosos essa reaproximação do PAIGC com as autoridades tradicionais seja um pouco confusa, há os que acreditam que a revitalização seja o meio para conseguir eleitores.

Assim, fez-se a reinserção das autoridades tradicionais no cenário democrático guineense, condicionada pelos organismos externos, mas ao mesmo tempo mantendo muitos interesses políticos internos, o que provoca suspeitas sobre tal relação.

As autoridades tradicionais nesse novo espaço sociopolítico guineense se inserem como intermediários entre o poder estatal e as suas populações rurais. Sobre essa coexistência de poderes explica Lourenço (2006, p.13):

As Autoridades Tradicionais integram uma dessas instituições que reivindicaram (e reivindicam) publicamente e com sucesso a sua notável (e variável) capacidade de sobrevivência e de contínua adaptação política. As Autoridades Tradicionais criam novos espaços no actual quadro político, tornando-se legítimos intermediários, entre o Estado e as populações rurais, não se baseando exclusivamente nos lugares políticos que ocupavam outrora e mantendo viva a sua “memória social” ancestral. As Autoridades Tradicionais, parecem, pois, possuir uma notável vontade e capacidade de se adaptarem às mudanças sociais e políticas actuais e reclamam para si um papel de intermediação, crucial para o futuro, em vez de tentarem efectuar exclusivamente transformações, interferências e/ou reclamações socioeconômicas e políticas de somenos importância a nível regional, nacional e local. (LOURENÇO, 2006. p.13)

No novo cenário político de retorno das autoridades tradicionais, criou-se um novo espaço para o poder tradicional que passou a ser o intermediário entre dois mundos: os modernos e tradicionais. Levando em conta a memória social e ancestral, as autoridades tradicionais se tentam adaptar nessa mudança sociopolítica.

Segundo Lourenço, tendo em conta as novas dinâmicas sociopolíticas da atualidade, a forma da posição das autoridades tradicionais como intermediárias com o Estado é vista como estratégica por dois lados: o primeiro lado que o autor considera são as autoridades tradicionais que são apegadas ao Estado e às suas comunidades rurais, que podem virar o “homem de mão” do regime e aproveitar das dinâmicas do Estado. Por outro lado, existe também as autoridades tradicionais que se recusam a serem submissos (LOURENÇO, 2006 p.6).

As autoridades tradicionais e o Estado não são rivais no que se refere autoridade e legitimidade, a não ser quando a legitimidade da autoridade tradicional concorre com a do Estado. As autoridades tradicionais possuem um campo político próprio, então suas legitimidades estão fora do Estado. A burocracia estatal para as autoridades tradicionais é um mundo que lhes é externo. (LOURENÇO, 2006)

Na concepção de Carvalho (2000, p.55), no novo espaço político, os régulos prosseguem como intermediários junto ao poder estatal, participando em diferentes momentos nas negociações com a figura do Estado, e sempre afirmando o seu comprometimento com a afirmação da identidade coletiva.

Para Jaurá, (2013) estudioso, em seu artigo intitulado “O dilema da democracia nos PALOPS: A relação das autoridades tradicionais étnico-rurais com o Estado Moderno”, o ressurgimento de poderes tradicionais no cenário sociopolítico guineense se deve ao fracasso do Estado na busca de um desenvolvimento econômico mais justo e na busca da sua aceitação, que não teve um bom desfecho.

O estudo de Lourenço (2007,) intitulado “O Campo Político em África: as relações de (inter) dependência entre Estado e Autoridades Tradicionais”, parte de um interessante questionamento: “qual a base (fundamentos) da legitimidade da dominação política das Autoridades Tradicionais na sociedade rural atual e, como é que ela foi afetada pelas recorrentes experiências de construção da ‘nação’, e, ainda, pelos conceitos ideológicos de democracia”.

Para dar uma resposta o autor partiu de um estudo que tem como objetivo entender as relações que se estabelecem entre o Estado-Nação pós-colonial e as autoridades tradicionais na África. O autor considera os poderes tradicionais como a base sólida da dominação política e tenta sintetizar essa justificativa em dois pontos: o primeiro é sobre a forma de gerenciar os recursos naturais e o arrendamento da terra e o segundo é sobre o simbolismo da cultura no meio rural, onde as autoridades tradicionais atuam e efetuam as questões místicas e sagradas sobre as suas populações (LOURENÇO, 2007. p. 15).

Com a modernização e a rápida evolução do mundo, o crescimento e o desenvolvimento afetam o poder tradicional em alguns pontos. Hoje em dia nas zonas rurais há poucos jovens para ajudar com o trabalho nas aldeias. Alguns vão para a capital com o intuito de estudar ou conseguir um emprego. Essa imigração acaba afetando as organizações das autoridades tradicionais. Como afirma Lourenço (2007):

A rápida taxa de urbanização, o desenvolvimento da escolaridade e da educação, o crescimento de sectores modernos de emprego não rural (entre outros aspectos), afectaram certamente o “perfil” dos fundamentos da legitimidade política, não só do Estado africano, como igualmente das Autoridades Tradicionais, ao longo de um vasto período de tempo. Com efeito, por exemplo, um aspecto importante da vida contemporânea em África que devemos ter em atenção é, de facto, o da rápida urbanização. Embora a maioria da população africana continue a viver nas regiões rurais, as cidades em África, em coincidência com os processos globais, desenvolvem-se rápida e desmesuradamente. (LOURENÇO,2007, p.17).

No trabalho de Clara Carvalho intitulado “A revitalização do poder tradicional e os regulados manjacos da Guiné-Bissau”, a autora acompanhou uma reunião na ilha Pecixe. Pode-se perceber em seu relato a preocupação das autoridades tradicionais na pessoa de Antônio Miel, chefe da povoação, com a migração dos jovens para Bissau em busca de melhores condições de vida. Isso acaba dificultando a organização para o trabalho agrícola.

António Miel, chefe da povoação com o mesmo nome, falou da especificidade cultural de Pecixe, das suas casas de *kakanda* (*manjak*: linhagens residenciais), herdadas no interior da matrilinearidade, por oposição aos bens transmitidos aos filhos, das dificuldades em atrair para os trabalhos agrícolas os jovens que migram em massa para Bissau. O representante da juventude confirmou o desejo do seu grupo etário em “colaborar com as estruturas de régulo e as estruturas de comité”, embora fosse necessária uma maior cooperação da parte dos mais velhos. (CARVALHO, 2000. p.46

Há, portanto, uma preocupação das autoridades tradicionais com a migração dos jovens de zona rural para a zona urbana, pois isto acaba por ameaçar os valores da tradição, que também é intimidada pela intervenção estatal.

Após o resultado da primeira eleição presidencial de 1994 na Guiné-Bissau, Cardoso (1995) chamou a atenção, na sua análise, para o voto étnico, onde alguns candidatos à presidência têm mais votos nas regiões da sua pertença étnica, como descreve:

Mas, não obstante estes factos, e no que diz respeito por exemplo às presidenciais, alguns indícios apontam para o voto étnico. O facto de o candidato Koumba Yala ter sido votado massivamente na região norte logo na primeira volta, nomeadamente em Bissorá (71,06 %) onde 77 % da população é balanta, Bigene/Bula (51,39 %) onde 58 % da população é balanta e Mansoa/Nhacra (44,35 %) onde cerca de 74 % da população declara ser balanta, e no sul, nomeadamente Fulacunda/Tite (44,74 %) onde 61 % é balanta e Catió (40,93 %) onde 65 % é da etnia balanta, enquanto que Nino mobiliza maior percentagem de votos no norte, nomeadamente em Quinhamel (79,07 %), sector onde predomina a etnia papel (87 %), o facto de François Mendy ter feito o seu melhor score em Caio/Canchungo (28,19 %) onde predominam os Manjacos (93 %), pode dar uma certa razão para falar de voto étnico (CARDOSO, 1995 p.280).

Podemos perceber que a questão do voto étnico foi significativa desde a primeira eleição na Guiné-Bissau, estando as percentagens de votos ligadas a etnia de cada candidato.

Hoje em dia é nítido perceber como a questão étnica é aproveitada por políticos em busca de votos. É o que está acontecendo constantemente nas eleições.

No relatório final da União Europeia de Eleições Presidenciais e Legislativas de 13 abril de 2014<sup>12</sup>, consta o seguinte questionamento sobre compra de votos: a prática comum dos candidatos em busca de voto no momento eleitoral nas regiões onde têm relação com as autoridades tradicionais é se aproveitarem da situação e ofertar às autoridades tradicionais comidas, carros, dinheiro, motos, bicicletas, etc. Essa prática é violação da norma eleitoral.

A oferta de presentes a eleitores e chefes de tabancas pelos candidatos, embora proibido pela lei eleitoral, segue sendo aparentemente uma prática cultural em que oficiais ou visitantes oferecem presentes quando visitam os régulos ou *homi grandis* ou outros oficiais e pessoas em geral, tornando bastante difícil uma distinção entre o que é compra de voto e o que são ofertas de cortesia. Esta tem sido uma prática comum em todas as eleições realizadas no país e não foi exceção desta vez. Em Gabú, os observadores da UE confirmaram as distribuições de painéis solares para a mesquita de Tabadjan. Na capital, Bissau, os dois maiores partidos, PAIGC e PRS, atraíram eleitores com grandes comícios e reuniões durante os quais foram distribuídos bonés e camisolas, assim como comida e bebidas. Painéis, cartazes e desfiles de carros e camiões com música ao vivo manteve a cidade colorida e barulhenta, com os eleitores a exibirem as suas camisolas, bonés e bandeiras. (Missão de Observação Eleitoral da UE Eleições Presidenciais e Legislativas – Guiné-Bissau 2014)

Embora o momento seja de eleição, os chefes tradicionais deveriam ficar atentos a situações desse tipo, afinal, isso pode afetar a transparência das eleições. Por outro lado, podemos refletir sobre o dia a dia, o momento fora da época das eleições, onde os régulos recebem muitas oferendas na tabanca, em um contexto diferente das eleições.

A eleição de 2019 teve forte interferência étnica. Dos doze candidatos correntes, dois foram para o segundo turno. Estamos nos referindo ao candidato Domingos Simões Pereira, apoiado pelo PAIGC, e o candidato Umaro Sissoko, apoiado pelo MADEM-G15. É possível perceber inclusive diferentes formas de vestuários da militância. No caso do MADEM-G15, os militantes e dirigentes do partido usaram “cala”, que é um lenço que se usa na religião mulçumana quando a pessoa já foi para Meca fazer a sua peregrinação.

---

<sup>12</sup> MOE-UE (2014). Relatório final: eleições presidenciais e legislativas da Guiné-Bissau, 2014. Disponível em: <https://rb.gy/mdz9bu> .

Destaque-se que as regiões onde há maioria da religião muçulmana são grandes colégios eleitorais na Guiné-Bissau. De acordo com o que as fontes mostram, no momento da campanha eleitoral, o candidato Umaro Sissocó Embaló, candidato da etnia fula, foi acusado pelos concorrentes de usar de um discurso étnico e religioso para conquistar votos de pessoas da religião muçulmana. (Bissau-online<sup>13</sup>, 2019).

Assim, a segunda volta daquela eleição criou uma linha divisória entre populações guineenses. A fala étnica ecoou mais alto que os projetos dos candidatos na eleição de 2019. O periódico Diário de Notícias, por exemplo, publicou a matéria<sup>14</sup> intitulada “Voto étnico e religioso vai definir novo presidente na Guiné-Bissau”, que afirmava:

A campanha eleitoral começou com as acusações mútuas entre os dois candidatos. Umaro Sissoco Embaló acusa Domingos Simões Pereira de não reunir as condições de ser o presidente da concórdia nacional que a Guiné-Bissau precisa nos próximos cinco anos. Domingos Simões Pereira, por sua vez, acusa Umaro Sissoco Embaló de não ter uma visão de mundo contemporânea para ser o presidente da República a quem cabe o papel de acabar com a crise política e institucional em que o país mergulhou nas últimas duas décadas (DÍARIO DE NOTÍCIAS, 2019).

A eleição de 2019 deixou uma marca forte quanto à questão do voto étnico, cujo uso era anteriormente pouco visível. Da mesma forma, o uso das autoridades tradicionais em busca do eleitorado, ultimamente, está clara a forma com que as autoridades tradicionais são utilizadas, sobretudo nos momentos de eleições, onde um político ou governante aproxima-se em busca de apoio e votos. Conforme afirma Pinto (2009, p.62-63), “trata-se do período durante o qual a população rural negocia alguns ganhos em troca da promessa de voto, que, afinal, acaba por prometer a todos os candidatos que se apresentem na tabanca e ofereçam alguma coisa”. Afinal, este é o único momento em que a população tem oportunidade de ganhar com a existência da manutenção dos mecanismos de regulação tradicionais, entre os quais se incluem a etnia, à qual dispensamos particular atenção. “Porém, mecanismos de distribuição da riqueza têm inviabilizado os projetos de desenvolvimento que vem sendo implementados” (PINTO, 2009, p. 62- 63).

A compra de votos pelos partidos políticos em algumas regiões do país se mantém atualmente, pois muitos partidos vão para uma região e tentam firmar compromissos com chefes

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/bissau.online/posts/1463949640426274/>.

<sup>14</sup> Voto étnico e religioso vai definir novo presidente na Guiné-Bissau <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/29-dez-2019/votos-etnico-e-religioso-vai-defnir-novo-presidente-na-guine-bissau-11655504.html>.

tradicionais da aldeia a fim de conseguir maior número de eleitores. Alguns desses partidos visam fortificar as suas alianças locais através dos chefes tradicionais. A este tipo de aliança entre chefes tradicionais e partidos políticos, onde os chefes tradicionais se apropriam do público para o privado, podemos chamar de clientelismo político. Um exemplo disso é quando um indivíduo vende seu apoio político em troca de algum tipo de benefício pessoal, transfigurando-se como cliente dos políticos. Segundo Forquilha (2009, p. 107), “esta aliança põe em evidência relações patrões/clientes caracterizadas por uma certa dependência e reciprocidade, uma estrutura vertical e um conjunto de recursos de troca, particularmente de natureza política”. Sobre a perspectiva do clientelismo, o autor faz uma análise através do exemplo da aliança entre partidos políticos e chefes tradicionais em Moçambique. O exemplo de Moçambique pode servir para Guiné-Bissau, porque ambos países têm processos históricos e sociopolíticos semelhantes.

Portanto, as alianças dos chefes tradicionais com os partidos políticos ou poderes políticos, para Rouveroy Van Nieuwaal (apud JANUARÁ, 2013), são instrumentos que interligam a estrutura estatal e a sociedade civil. Porém, mesmo nos casos em que a aliança de um chefe tradicional a um partido político parece evidente, essas alianças podem ser consideradas precárias, na medida em que a passagem de um campo para o outro é sempre uma possibilidade real.

## 5. A JUSTIÇA FORMAL E JUSTIÇA TRADICIONAL

As sociedades tradicionais africanas antes do colonialismo já tinham as suas formas de resolver os conflitos através das bases e normas tradicionais da comunidade. Essas normas não possuem nada escrito, sendo o tipo de justiça que chamamos de direitos costumeiros, consuetudinários ou de justiça tradicional. A justiça tradicional serve como a instância para resolver problemas da comunidade, sobretudo das comunidades das zonas rurais onde perduram os poderes tradicionais. Embora essa forma de resolução de conflitos pressuponha o consenso, sua prática tem seus déficits pois a sua proteção não é completamente segura e isenta de violações aos direitos humanos (GUERREIRO 2018). Segundo Quadé (2021 p.65), “a justiça informal na Guiné-Bissau é baseada nos costumes da comunidade e não requer profissionais e nem conhecimentos jurídicos específicos, condições que propiciam um maior alcance da população à justiça pela comunidade”. A justiça tradicional é a forma mais próxima para populações de zona rurais porque muitas vezes há ausência de tribunais nas zonas rurais ou a dificuldade de o tribunal lidar com problemas que estejam mais ligados às questões tradicionais. Um exemplo: em algumas etnias da Guiné-Bissau, especialmente na etnia manjaca da ilha de Pecixe, quando morre um homem, mesmo que esse homem tenha filhos, esses filhos do falecido não podem herdar bens do seu pai, só o sobrinho desse falecido que tem o direito de herdar bens do tio falecido. Nesse caso, o direito tradicional acaba entrando em choque com a justiça estatal.

A “justiça estatal abrange as entidades formalmente reconhecidas pelo Estado para administrar a justiça ou colaborar na administração de justiça. Nestas entidades estão incluídas as autoridades policiais – como a Polícia de Ordem Pública ou a Polícia Judiciária –, o Ministério Público e os Tribunais”. O poder estatal dá reconhecimento à justiça estatal e credenciamento às autoridades que servem como colaboradores da justiça. Já a justiça informal tem como colaboradores para sua condução os habitantes e poderes locais nas comunidades: Régulos, Comitês de tabanca ou Chefes de tabanca, e, em certos casos, entidades religiosas, como os imames (GUERREIRO 2018, p.83). A partir disso, tentaremos fazer a comparação entre justiça tradicional e justiça estatal.

Guerreiro (2018), tentou nos descrever na tabela abaixo, de forma sucinta e detalhada, as funções de cada elenco das autoridades tradicionais, de acordo com seu estudo sobre o acesso à justiça.

**Elenco das autoridades tradicionais, de acordo com o Estudo sobre o Acesso à Justiça.**

| <b>AUTORIDADES TRADICIONAIS: BREVE DESCRIÇÃO</b>   |
|--|
| <p><b>RÉGULO:</b> O régulo é responsável máximo, competindo-lhe servir como instância de recursos das decisões dos outros órgãos e administrar a justiça tradicional.</p> <p>Não existe em todas as etnias.</p>  |
| <p><b>CHEFE DE TABANCA:</b> O chefe de tabanca exerce o poder de decisão em relação à tabanca e administra a justiça tradicional, resolvendo os problemas menos graves e/ou atuando em conjunto com o régulo (quando este faz parte do elenco das autoridades tradicionais).</p>   |
| <p><b>COMITÉ DE TABANCA:</b> Os comités de tabanca resolvem apenas as questões materiais do interesse da comunidade (e não as espirituais ou ligadas ao mundo espiritual). Acima de tudo o comité de tabanca serve de elo entre o poder estatal e a comunidade. Na maior parte das etnias inquiridas no Projeto da Recolha do Direito Consuetudinário, esta entidade não é reconhecida como poder tradicional (papeis, fulas, mancanhas), mas não quer dizer que esta entidade não tenha poder naquela zona: a leitura mais correta parece ser a de que simplesmente o poder tradicional não o reconhece enquanto pertencendo ao elenco de autoridades tradicionais daquela etnia.</p> |
| <p><b>CHEFES DE MORANÇA:</b> Os chefes de morança têm o poder de gerir a morança. A sua competência limita-se à resolução dos problemas familiares.</p>  |
| <p><b>CONSELHO DOS ANCIÃOS/ HOMENS GRANDES</b> Em regra, este conselho dos “homens grandes” consubstancia o órgão consultivo do régulo e/ou de chefe de tabanca.</p>   |

Tabela 4. Fonte: Guerreiro, 2018<sup>15</sup>

Devido às dificuldades de o Estado enviar agentes de justiça para interior do país, cria-se um embaraço no acesso à justiça, conforme um Estudo sobre o Acesso à Justiça na Guiné-Bissau<sup>16</sup>:

<sup>15</sup> GUERREIRO, Sara. Justiça Estatal e Justiça Tradicional na Guiné-Bissau. *Sintidus*, n. 1. p. 80-107, 2018.

<sup>16</sup> Estudo sobre o Acesso à Justiça na Guiné-Bissau: Regiões de Cacheu e Oio e Sector Autônomo de Bissau. O estudo foi realizado no quadro do Programa de Fortalecimento do Estado de Direito e Segurança (FORTES) e do

As regiões de Cacheu, Oio e Sector fizeram um diagnóstico sobre as dificuldades do acesso à justiça. Em específico na região de Cacheu, a resposta com que eles se depararam é que as populações que sofrem mais com lacuna do acesso à justiça estatal são pertencentes às tabancas mais distantes, como por exemplo o caso de ilhas, como Pecixe e Jeta. (Guerreiro, 2011, p.15). Embora as autoridades tradicionais eliminem as necessidades da justiça nas comunidades, não é reconhecida pelo Estado não há nenhuma lei que reconheça formas tradicionais de resoluções de conflitos.

Mesmo com as resoluções de conflitos nas comunidades, a lei magna guineense não admite a justiça consuetudinária. O pluralismo jurídico, as autoridades tradicionais ou o direito tradicional em nenhum momento são mencionados pela Constituição de 2001, que foi aprovada pela Assembleia Nacional Popular, mas não teve a sua publicação. Segundo Guerreiro:

A Constituição não reconhece expressamente o pluralismo jurídico nem faz qualquer referência às autoridades tradicionais ou ao costume como fonte de direito. No entanto, a célebre “Constituição de 2001” que, apesar de ter sido aprovada pela Assembleia Nacional Popular, nunca foi promulgada, reconhece no seu artigo 15.º, “o valor das normas de direito costumeiro” e as “formas de poder tradicional”, devendo o Estado articular os seus atos com os do poder tradicional desde que estes sejam conformes à Constituição e às leis. Assim, de acordo com este projeto de revisão constitucional, o reconhecimento dos usos e costumes teria os seguintes limites: o costume não poderia contrariar a lei e não poderia prevalecer relativamente aos direitos humanos consagrados, quer na Constituição, quer no Direito Internacional (incluindo as diversas Convenções ratificadas pelo Estado guineense) (GUERREIRO, 2018. p.87).

A partir do momento em que as autoridades tradicionais ajudam nas resoluções dos conflitos dentro das comunidades através do processo informal, o poder estatal poderia resolver a tarefa da burocracia da promulgação da lei do reconhecimento do direito costumeiro, o que facilitaria as resoluções de problemas pela justiça formal e informal. E isso definiria a coexistência das leis e as suas formas normativas de regulação de conflitos.

Guerreiro (2018), fez também uma tabela comparativa das vantagens e desvantagens da justiça informal que vamos tentar sistematizar de forma sucinta na tabela abaixo:

### **Tabela comparativa das vantagens e desvantagens da justiça informal**

---

Programa MDG-F, implementado pelo PNUD em parceria com o Estado da Guiné-Bissau/Ministério da Justiça. Disponível: <https://xdocs.com.br/doc/2011-estudo-s-acesso-just-na-guine-bissau-pund-200p-08p2glk0p5nv>

*Vantagens da justiça tradicional comparativamente à justiça estatal*

**a)** Maior proximidade da comunidade: o processo de decisão sobre as questões de justiça é essencialmente comunitário, ou seja, é levado a cabo pelas autoridades locais ou comunitárias, auxiliadas pelos mais velhos da comunidade e/ou pelas autoridades religiosas. Assim, as autoridades tradicionais estão muito próximas da população a que servem.

**b)** Maior celeridade: as autoridades tradicionais resolvem os problemas com rapidez.

**c)** Menos custos: a justiça tradicional é gratuita.

*Desvantagens da justiça tradicional comparativamente à justiça estatal*

**a)** Falta de homogeneidade no elenco/composição e poderes das estruturas de poder tradicionais: o elenco, composição e poderes das autoridades tradicionais varia consideravelmente de região para região, por vezes até de tabanca para tabanca. Isto acontece porque as autoridades tradicionais são escolhidas em função da tradição relacionada com determinadas linhagens ou famílias. Não têm legitimidade democrática, resultante de eleições, nem são escrutinadas por um processo de seleção legalmente previsto, com base na sua formação e/ou mérito.

**b)** Falta de representatividade em função do género das estruturas de poder tradicionais: em regra, as mulheres não exercem o poder tradicional. Em algumas etnias a proibição é absoluta, noutras só o podem fazer em circunstâncias excepcionais, como por exemplo, caso não existam homens designados para o efeito (Bastos et al., 2011, p. 54 e ss.). Ao contrário da justiça estatal, onde se reconhece a necessidade de aumentar a participação e a representação das mulheres, na justiça tradicional o forte desequilíbrio na sua representatividade não é, em regra, visto como algo a corrigir

**c)** Ausência de proteção dos direitos das mulheres e de reconhecimento deste grupo enquanto especialmente vulnerável: exemplo desta ausência de proteção dos direitos das mulheres é a aceitação generalizada da violência doméstica contra mulheres. Assim, seis das etnias da Guiné-Bissau (que foram estudadas no Projeto de Recolha do Direito Consuetudinário) aceitam que o marido possa bater na mulher, desde que não o faça com frequência.

**d)** Menos corrupção: as autoridades tradicionais “não recebem subornos”.

**d)** Ausência de proteção dos direitos das crianças e de reconhecimento deste grupo enquanto especialmente vulnerável: a ausência de proteção das crianças verifica-se em vários níveis. Por um lado, as crianças não recorrem normalmente às autoridades tradicionais caso careçam de ajuda, bem como não são ouvidas, em regra, em processos de decisão que lhes digam respeito. Por outro lado, as autoridades tradicionais nem sempre protegem as crianças através da sua atuação e são, por vezes, reportadas como responsáveis ou corresponsáveis por determinadas violações graves dos direitos humanos das crianças (como o caso das chamadas “crianças irã”).

**e)** Mais confiança: o recurso ao sistema estatal de justiça pode provocar “eterna inimizade entre as partes”, pelo que a população demonstra maior confiança em autoridades que conhece e respeita.

**e)** Usos e costumes arcaicos em matéria criminal e em contradição com parâmetros dos direitos humanos: a título de exemplo, em praticamente todas as seis etnias estudadas no Projeto de Recolha do Direito Consuetudinário, é aceite que as chicotadas sejam aplicadas como pena e, em algumas etnias, a tortura é aceita como método de apuramento da verdade.

**f)** Mesma linguagem e utilização de termos familiares: as autoridades tradicionais administram justiça na mesma língua das partes em litígio e utilizam linguagem familiar, ou seja, não utilizam termos técnicos (específicos de Direito) e/ou conceitos estranhos às partes.

**f)** Interferência ou mesmo determinação das entidades espirituais ou religiosas na decisão das autoridades tradicionais: o processo de decisão das autoridades tradicionais é, em muitos casos, influenciado ou mesmo determinado apenas por entidades espirituais (como os irãs) e/ou religiosas.

**g)** Maior familiaridade com as regras e procedimentos: os processos de reparação do ilícito cometido são fundados nas tradições e/ou na religião próprias da comunidade onde se faz justiça.

**g)** Aceitação incondicional da autoridade mesmo perante decisões arbitrárias: a decisão final tomada pelas autoridades tradicionais é frequentemente objeto de aceitação incondicional e/ou acrítica. Por razões culturais e tradicionais, o respeito pelos mais velhos prevalece ainda que a decisão não seja justa.

**h)** Mais diálogo e consenso: o processo de decisão envolve, na maioria das vezes, audição das partes envolvidas e diálogo. O consenso é, por vezes, procurado como a solução ideal.

**j)** Maior conhecimento de certas matérias: no caso dos conflitos de terras, por exemplo, as populações locais afirmam que faz mais sentido recorrerem aos régulos/chefes de tabanca por conhecerem melhor os ocupantes tradicionais de terras.

**k)** Características tipicamente “restaurativas”: os processos de tomada de decisão têm em vista a reparação do dano, mais do que a punição pura e simples.

Tabela 5. Adaptação do autor

De acordo com a tabela comparativa percebe-se grande diferença em termos de vantagens entre justiça informal e a justiça formal. Embora a justiça informal seja uma justiça acessível para populações de comunidades rurais, carrega algumas desvantagens em termos comparativos com a justiça formal. Segundo Guerreiro (2018), há falta de igualdade na estruturação dos poderes tradicionais, pois a escolha da autoridade tradicional não tem escrutínio, se baseia pela tradição ancestral.

E a outra vantagem da justiça informal que a autora elencou é a resolução de problemas de forma rápida. Porém, aponta a desvantagem em termos comparativos com a justiça formal na falta da representação das mulheres nas estruturas de poder tradicionais. A questão da falta do gênero nas tradições guineenses é resultado do preconceito tradicional de algumas etnias onde as mulheres não participam na justiça informal emanada pelos poderes tradicionais.

A outra vantagem da justiça informal apontado pela mesma autora é a gratuidade do acesso. Como sabemos, na zona rural existe pouca condição em termos financeiros. Em contraposição à zona urbana, essa gratuidade da justiça informal ajuda muito as populações das comunidades para poder resolver seus problemas na justiça informal, sem pagar nenhum custo.

Outra desvantagem da justiça informal comparada à justiça formal é a proteção dos direitos das mulheres e o reconhecimento deste grupo mais vulnerável da nossa sociedade. Nos estudos feitos por Guerreiro (2018), onde foram estudadas seis etnias diferentes da Guiné-Bissau no projeto de recolha do Direito Consuetudinário, demonstra-se nas entrevistas feitas que 91% das mulheres entrevistadas responderam que a sociedade não incrimina o marido se este bater na mulher. Isso marca uma grande desvantagem e um retrocesso quando pensamos nas sociedades ditas tradicionais em relação às disposições trazidas pelo direito estatal.

A autora assinala a honestidade na justiça informal, onde não há o recebimento de dinheiro para que a justiça favoreça os financeiramente mais aquinhoados, como acontece na justiça formal. Em relação a desvantagens da justiça tradicional comparativamente à justiça estatal, a autora aponta o reconhecimento dos direitos das crianças, onde as falas destas não são ouvidas nos processos da decisão, ou ainda a questão da violação dos direitos humanos das crianças, que a autora denomina “crianças irãs” que é o caso do abandono de um recém-nascido ou bebê portador de deficiências, (o que faz com que a criança seja vista como um “demônio”). Cabe ressaltar que essa prática tradicional acontece mais nas zonas rurais, longe de capital, sendo hoje difícil de acontecer.

Na justiça informal as autoridades tentam intermediar conflitos para evitar inimizades permanentes entre as partes. Então, as populações das comunidades têm maior confiança na justiça informal.

Apesar disso, existe uma grande inconciliabilidade em relação aos direitos humanos com a forma tradicional da justiça. A autora citou o estudo que foi feito no Projeto de Recolha do Direito Consuetudinário, onde em algumas etnias estudadas são permitidas as penas de chicotadas e em outras é aplicada a tortura, o que não condiz com a garantia dos direitos humanos.

Na justiça informal o uso da língua é acessível para as partes em conflito. As autoridades tradicionais dirigem a justiça através das línguas que as duas partes falam e usam os termos tradicionais de justiça para resoluções de conflitos. Isso é uma das vantagens da justiça informal para as populações das comunidades locais que em sua maioria falam línguas étnicas. Uma desvantagem da justiça informal em relação a justiça formal apontada pela mesma autora é a interferência das entidades tradicionais espirituais. Parte das pessoas nas zonas rurais têm essa crença que deposita fé de que a irã pode decidir pela justiça como justiceiro.

Quanto à justiça informal, as populações têm maior proximidade em termos de método e processo de reparação do ilícito e é fundada nas tradições e costumes das comunidades onde se realiza a justiça. A desvantagem em relação à justiça formal demonstrada nessa mesma linha de ideia é que a aceitação da justiça é total, aceita por ambas partes em conflito, dado o respeito às tradições e cultura tradicionais e à dominação do respeito aos mais velhos, mesmo que a justiça não lhe favoreça ou seja efetivamente justa.

Bastos et al. (2011) realizaram um estudo financiado por organismos internacionais (PNUD e PAOSED) sobre o Direito Consuetudinário vigente na República da Guiné-Bissau englobando as seguintes etnias: balantas, fulas, mancanhas, manjacos, mandingas e papeis. O estudo demonstrou que, em algumas situações, os princípios que regem o direito consuetudinário dessas etnias não harmonizam com os princípios que regem o direito estatal positivo. Por exemplo no direito consuetudinário, as mulheres não podem, normalmente, exercer o poder de decisão na tabanca. Já no direito estatal positivo não pode existir essa diferenciação em função do gênero, conforme o artigo 25 da Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB)<sup>17</sup>, em conformidade com a qual “o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural”. (BASTOS, 2011, p.262). É importante ressaltar que nesse estudo os autores abordaram somente as etnias citadas acima, não englobando todas as etnias da Guiné-Bissau. Em outras etnias, como no caso da etnia dos Bijagós (uma etnia com uma estrutura social matrilocal e matrilinear), as mulheres participam ativamente na tomada de decisões (MOEMA, 2005, p. 73).

Apesar da confiança das populações das diversas comunidades na justiça tradicional, considerada mais louvável por elas, a justiça informal continua a ser vista como inferior. (JERONIMO, 2015 p.162).

Olhemos agora para duas entrevistas. A primeira, dada pelo ministro de Administração Territorial e Poder Local, Fernandes Dias,<sup>18</sup> para programa televisivo “Causa e Efeito” da RTP África. A outra, dada pelo mesmo entrevistado, foi para a Rádio Jovem na Guiné-Bissau, no programa “Visão”.<sup>19</sup> Procuramos, dentro das duas entrevistas, analisar a fala do entrevistado

---

<sup>17</sup> Constituição da República da Guiné-Bissau. Assembleia Nacional Popular. Disponível em: <https://reformatar.co.mz/documentos-diversos/constituicao-de-guine-bissau.pdf>.

<sup>18</sup> RTP África Programa Causa e efeito. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bfPC7UhyoDg>

<sup>19</sup> Rádio Jovem. Programa Visão. Dia 9 de setembro de 2021. Disponível em: <https://abrir.link/rUuSS>

em relação ao tema do nosso trabalho que é o relacionamento do poder estatal com autoridades tradicionais.

Na primeira, o entrevistado falou sobre as Leis da Terra. Desde 1974, a legislação nacionalizou a terra, determinando as formas como deveria ser concedida, embora não apresentasse detalhes sobre o acompanhamento de tais concessões. No ano de 1998, houve a criação de novas leis, detalhando como um indivíduo poderia ter acesso à terra. A aplicabilidade da lei de 1998 se realizou só no ano 2001, através do financiamento de organismos internacionais: UE (União Europeia) e FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). Contudo, como a lei ainda não foi promulgada e não está em vigor, o governo decidiu criar modelos de mediação. Segundo o entrevistado, o “modelo de mediação” é uma forma de amenizar o tempo de espera no tribunal porque os processos vão para o tribunal e levam muito tempo devido ao processo burocrático do tribunal de justiça. Isso faz com que as partes não consigam esperar e acabam por entrar em conflito.

O modelo de mediação surgiu da necessidade de suprimir estes constantes conflitos, que acontecem em zonas rurais nas maiorias de vezes. Pela fala do entrevistado, esses conflitos acontecem porque quando um indivíduo ocupa uma parte da terra, mesmo sem atribuição legal e, se aparecer outro indivíduo disposto a cultivar o solo, ele cede a terra a esse indivíduo para praticar agricultura. Esse indivíduo a quem foi cedida esta terra, quando não precisa mais dela, acaba a vendendo para a outra pessoa, mesmo sem direito de vender. Isso cria conflitos. A maioria dos problemas nas áreas urbanas são dessa espécie.

Segundo o ministro, a Comissão Fundiária Nacional e as comissões regionais têm como missão tratar a problemática das Leis de Terras, buscando ajudar as pessoas diante da burocracia necessária para as regulações ou para com os trâmites jurídicos. A partir daí o indivíduo será taxado em relação ao valor que vai pagar para a legalização da terra.

O Ministério da Administração Territorial e Poder Local é uma pasta do poder estatal mais próximo das autoridades tradicionais. Quando há um problema com autoridades tradicionais e se faz necessária a intervenção estatal, o ministério da administração atua para resolver o problema. Como no caso do regulado de Cossé, em que o entrevistado elencou o problema do sistema de linhagem para assumir a figura do régulo. O problema ocorre porque o sistema linear hereditário desse setor não está sendo verificado, quer dizer, a linhagem da sucessão do regulado não foi seguida e isso se projeta sobre os conflitos.

Na região de Bafatá, concretamente sector de Galomaro Cossé, leste da Guiné-Bissau, houve a disputa do poder tradicional entre Alfa Como Baldé e Mussa Baldé ambos pertencentes do setor de Galomaro Cossé, a briga de poder surgiu quando mais de nove dezenas de líderes de diferentes localidades do setor de Cossé definiram o Alfa Como Baldé como régulo do sector de Cossé e daí começou conflitos dos populares do referente setor.

Segundo as informações da fala de papagaio (2020):<sup>20</sup>

De referir que a sucessão do poder em Galomaro Cossé faz-se por via democrática desde 1953, através da eleição que envolve todos os líderes tradicionais e anciões de todas as localidades daquele regulado.

Em todas as outras etnias que tem autoridades tradicionais a escolha do régulo se baseia pela herança, o que é diferente do caso de Cossé, onde se faz pela via democrática. Com isso houve a intervenção das populações do setor de Galomaro Cossé.

O poder estatal nesse caso não pode intervir nos conflitos, a única coisa que poderia fazer é chamar a comunidade para dizer que voltem ao nível da linhagem para escolher o régulo porque é um procedimento hereditário, é uma coisa que não compete o poder estatal.

A volta dos poderes tradicionais para o espaço político foi uma tática utilizado pelos governantes que conduziram o processo de transição democrática do multipartidarismo para se aproximarem dos poderes tradicionais devido ao peso e a influência dos régulos. Depois da primeira restituição do poder, este se alargou por todo o país e, com essa estratégia, o PAIGC conseguiu mobilizar grande número de eleitores através dos chefes tradicionais de diferentes regiões.

Segundo Fernandes:

Esta viragem histórica foi justificada como uma adaptação à nova conjuntura, marcada pelo multipartidarismo. Operações de atracção e de engajamento dos chefes tradicionais foram lançadas em todo o país. Desde 1986-1987 o PAIGC segue atentamente a restituição do poder tradicional entre os manjacos nas mãos de um funcionário dos correios, Paulino Gomes. Esta investidura desempenhou o papel de balão de ensaio para o PAIGC. Numa outra região do Norte, em Cói, assistiu-se em 1992 à entronização de um novo chefe mancanha. Na província Leste (Bafatá e Gabú) a operação de mobilização dos chefes tradicionais das etnias islamizadas, fulas e mandingas, foi confiada ao novo ministro, Aladje Mané. Este personagem é um dos comerciantes mais importantes do país e também antigo deputado da ANP (Acção

---

<sup>20</sup> <https://faladepapagaio.blogspot.com/2020/07/guine-bissau-disputa-de-regulado-em.html>

Nacional Popular), partido do regime colonial. Este ministro, como conhecedor da estratégia colonial dos congressos do povo, tenta neste momento colocar novos chefes tradicionais para garantir um eleitorado (FERNANDES, p.48).

Com a queda do partido único, o multipartidarismo abriu várias facetas para “relações” entre diferentes esferas de poder: a nova elite política e os chefes tradicionais. A identidade étnica se tornou a condição através da qual se pode aproveitar para atrair os eleitores, como no caso das últimas eleições, que estão sendo verificados e dos quais vamos tratar no decorrer do texto.

O encontro entre régulos e a Associação de Profissionais de Bancos foi promovido pelo presidente da república José Mario Vaz. O encontro teve como objetivo sensibilizar as populações para abrirem contas em instituições bancárias. O encontro foi interpretado pelos bissauenses como uma tentativa de aproximação do presidente com os régulos diante da aproximação das eleições, afinal, a maioria dos régulos está nas zonas rurais, onde não há bancos.

**Bancos da Guiné-Bissau sensibilizam régulos para necessidade de abrir conta bancária**

Os régulos da Guiné-Bissau e a Associação dos Profissionais de Bancos do país reuniram-se hoje na Presidência guineense para perceberem a importância de abrir uma conta bancária.

**Lusa**  
30 Maio 2017 — 13:55

**"O** encontro serviu para sensibilizar a população para abrir contas nos bancos. Como sabemos é uma das formas de ajudar no desenvolvimento económico do país através da captação de poupanças e com essas poupanças, nós os bancos, conseguimos intervir mais no financiamento da economia", afirmou Rômulo Pires, presidente da Associação dos Profissionais dos Bancos da Guiné-Bissau e do Banco da África Ocidental.

O encontro, que foi promovido pelo Presidente guineense, José Mário Vaz, também serviu para explicar aos régulos como as pessoas podem abrir conta num banco.

TÓPICOS  
• Internacional

Figura 2. Fonte: [https://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/bancos-da-guine-bissau-sensibilizam-regulos-para-necessidade-de-abrir-conta-bancaria\\_22456363.html](https://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/bancos-da-guine-bissau-sensibilizam-regulos-para-necessidade-de-abrir-conta-bancaria_22456363.html).

## Autoridades tradicionais da Guiné-Bissau exigem reabertura do Parlamento

Lusa

1 mar 2017 17:00

Este artigo tem mais de 5 anos

Os régulos, autoridades tradicionais da Guiné-Bissau, querem ver o Parlamento a funcionar "nos próximos dias" para aprovação do programa de governo e Orçamento Geral do Estado, defendeu hoje um porta-voz dos patriarcas.



Figura 3. Fonte: [https://www.sapo.pt/amp/noticias/atualidade/autoridades-tradicionais-da-guine-bissau\\_58b7e353746cf6f31454f910](https://www.sapo.pt/amp/noticias/atualidade/autoridades-tradicionais-da-guine-bissau_58b7e353746cf6f31454f910)

Cabe aqui um exemplo acerca das relações nem sempre tranquilas entre as autoridades tradicionais e o mundo da política formal. Em 2017, um ano especialmente conturbado para a política guineense, as autoridades tradicionais da Guiné-Bissau exigiram, a partir da exigência das populações, a reabertura da Assembleia Nacional Popular. Neste ato, foram recebidas pelo então representante da Assembleia Nacional na pessoa de Cipriano Cassama, e o representante do parlamento alegou que a reabertura da casa depende dos partidos políticos que a integram. No entanto, Cassama, que via na ação "uma encomenda de alguém", fez um questionamento para o representante das autoridades tradicionais: "Quando o Presidente da República decidiu derrubar o primeiro governo constitucional desta legislatura, onde é que se encontravam os régulos?". O questionário do presidente da assembleia nacional popular para o representante das autoridades tradicionais evocava o silenciamento destas autoridades desde o primeiro governo derrubado pelo presidente da república. A desconfiança do representante da ANP é de que a ação das autoridades tradicionais pode ser uma coisa solicitada pelos partidos políticos.

Para arrematar, Cassama alegou que ele, no posto de presidente da Assembleia Nacional Popular, obedece às leis (LUSA, 2017). O fato gerou um clima de desconfiança entre as duas esferas de poder e as ações das autoridades tradicionais para desbloqueio da Assembleia Popular acabaram sendo vistas com olho de quem foi enviado para fazer exigências ao presidente da Assembleia Nacional Popular.



Figura. 4. Fonte: <https://www.voaportugues.com/a/r%C3%A9gulos-na-guin%C3%A9-bissau-entre-a-autoridade-tradicional-e-a-pol%C3%ADtica/4394728.html>

No ano 2018 presenciamos o debate que questionava o lugar das autoridades tradicionais. Era um momento em que estas autoridades estavam envolvidas nas questões da política governativa. Conforme a fala do jurista Sileimane Cassama, um dos especialistas sobre poderes tradicionais na Guiné-Bissau, para a Voz da América, o poder tradicional “não é um poder político e não pode enveredar-se pela política. A função do régulo é servir de ponte entre a estrutura administrativa do Estado e as suas respectivas comunidades”. E aponta a forma da legitimação do poder tradicional que vem da base, da comunidade e da tradição.<sup>21</sup> Outro

<sup>21</sup> Sileimane Cassamá jurista guineense entrevista concedida a VOA (Voz da América no dia 15 de maio de 2018. Disponível: <https://www.voaportugues.com/a/r%C3%A9gulos-na-guin%C3%A9-bissau-entre-a-autoridade-tradicional-e-a-pol%C3%ADtica/4394728.html>

interveniente na mesma matéria, Fodé Mané, pesquisador da INEP, chamou a atenção quanto à mistura desses dois poderes: “quando esses dois poderes se misturam há risco daquele que tiver mais poder engolir o outro”. Nesse caso o poder estatal acaba engolindo o poder tradicional porque possui mais força em relação ao outro. O envolvimento do régulo na política pode fazer com que “o régulo acabe por envolver-se em conflitos que vão contra as regras do seu regulado”. Hoje em dia, na atual conjuntura política, sempre os régulos são chamados pelo poder estatal (VOA, 2018).

## PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU PROMETE REFORÇAR PODER TRADICIONAL NO PAÍS

Outubro 27, 2020



Figura: 5. Fonte: <https://visao.sapo.pt/atualidade/mundo/2020-10-27-presidente-da-guine-bissau-promete-reforcar-poder-tradicional-no-pais/?amp>. Acesso: 30/01/2021.

O encontro do presidente da República com autoridades tradicionais serviu para o mandatário ouvir as falas dos régulos sobre a situação de suas comunidades locais. O presidente aproveitou para fazer um apelo aos régulos sobre a militância nos partidos políticos, que evitem ser militantes e foquem nas suas funções atribuídas de autoridades tradicionais, dignificando assim o trabalho destas autoridades perante os seus reinos.

O presidente alertou ainda sobre a tolerância zero quanto ao casamento de régulos com meninas menores de 16 anos idade e apelou para que os chefes tradicionais parem com essa prática e encaminhem todas as crianças da comunidade para escola.

Na ocasião, o presidente aproveitou para pedir ajuda às autoridades tradicionais para pacificar as disputas existentes dentro das comunidades sobre conflitos de posse da terra que sempre vinham a acontecer. Nesse mesmo encontro estava o ministro da tutela, Fernando Dias, que aproveitou o momento para alertar as autoridades tradicionais sobre a questão da diversidade étnica, que quando há um problema entre as pessoas de diferentes etnias dentro da comunidade, o régulo não pode ignorar isso ou tomar parte da pessoa da mesma etnia. O ministro ameaçou exonerar quem for apanhado nessa situação. Aqui podemos ver as controvérsias que dizem respeito aos poderes tradicionais, pois na verdade as autoridades não podem ser exoneradas com decretos.

E as autoridades tradicionais aproveitaram o encontro e pediram ao presidente o reforço do poder tradicional perante as suas comunidades, melhorias de campo de cultivo de arroz e a colaboração das autoridades estatais para acabar com roubo de gados.<sup>22</sup>



Figura 6. Fonte: <https://www.odemocratagb.com/?p=35608>>. Acesso 20.02.2022

<sup>22</sup> Presidente da Guiné-Bissau promete reforçar poder tradicional no país. Disponível em : <https://visao.sapo.pt/atualidade/mundo/2020-10-27-presidente-da-guine-bissau-promete-reforcar-poder-tradicional-no-pais/?amp>. Acesso: 30/01/2021.

Depois de um ano o mesmo presidente convocou um novo encontro com autoridades tradicionais com a promessa do pagamento de salário no valor de 150.000 Fcfa<sup>23</sup>. A promessa do presidente foi pagar um salário aos régulos, mas com dinheiro do seu bolso, ou seja, fora do cofre de Estado, com a justificativa de que esse montante que será dado aos chefes tradicionais é para ajudar nas despesas da saúde (!?). Embora o presidente negue que essa promessa não é feita em um momento de oportunismo político, aproveitou para solicitar aos régulos que criem contas para poderem receber o montante prometido a cada mês.

Apesar disso, o presidente ressaltou ainda na sua fala que o momento do encontro com os régulos não era um ato político. E, mais uma vez no segundo encontro, o presidente chamou a atenção das autoridades tradicionais sobre as promessas de campanha dos partidos políticos que fazem compromissos e nunca cumprem, e prometeu levar as preocupações das autoridades junto ao governo. (O Democrata 27/01/2022)<sup>24</sup>.

Existe um equívoco nas palavras do presidente em relação ao oportunismo político. Sabemos que a lei constitucional guineense não garante salários às autoridades tradicionais, ou melhor, o Estado não conta com autoridades tradicionais como funcionários públicos. Quando esse salário está sendo pago, hipoteticamente, pelo bolso do presidente da República, isso pode coagir as autoridades tradicionais a serem aliadas ao presidente da República através do pagamento destes salários.

---

<sup>23</sup> O equivalente, em novembro de 2022, a R\$ 1.171,50.

<sup>24</sup> PRESIDENTE SISSOCO PROMETE PAGAR SALÁRIOS DE 150 MIL FCFA MENSAL A CADA RÉGULO. Disponível em: < <https://www.odemocratagb.com/?p=35608>>. Acesso 20.02.2022

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos compreender nesta dissertação o relacionamento dos poderes estatais com as autoridades tradicionais na Guiné-Bissau. Portanto, com esse intuito, foi realizado um estudo bibliográfico a partir do qual buscamos situar o relacionamento dos poderes estatais com as autoridades tradicionais na Guiné-Bissau no marco cronológico entre os anos de 1994-2018.

O desenvolvimento do nosso trabalho foi através da proposta interdisciplinar. Devido à complexidade da temática, adotamos essa perspectiva que nos permite dialogar com vários conteúdos de diferentes campos do conhecimento e nos possibilita ter uma visão mais ampla do tema abordado.

O primeiro capítulo buscou compreender o nascimento da Guiné-Bissau como Estado-Nação moderno. Nele, trouxemos os conceitos de nação, Estado e etnia, com a perspectiva interdisciplinar de diferentes autores. Assim, para podermos ter uma base que sustentasse a temática nesse capítulo, traçamos o processo histórico anterior à chegada dos portugueses, a decadência do Império de Mali, até chegarmos ao período pós independência. Realçamos a forma da organização dos poderes tradicionais desde o período pré-colonial na Guiné-Bissau, na qual os chefes tradicionais possuem um papel muito importante na organização política e social da sua comunidade, posto que tudo que ocorre dentro da comunidade se baseia em um critério de tradição.

Por se tratar de um estudo sobre poderes estatais e autoridades tradicionais, instiga-nos compreender o nascimento do Estado-Nação moderno guineense. Retrocedendo à luta de libertação nacional que durou onze anos, podemos perceber que o líder da luta de libertação nacional, Amílcar Lopes Cabral, devido à grande diversidade étnica na Guiné-Bissau, apostava na busca de uma identidade nacional. Por tal motivo, dentro do Partido para Independência (PAIGC), houve a exclusão do pertencimento étnico, apostando-se na perspectiva de uma união nacional. Na ideologia do idealizador, etnicidade e nacionalismo são dois valores incompatíveis.

Os régulos já existiam na sociedade guineense antes da invasão dos portugueses. Contudo, após a independência, foram expulsos do cenário político e administrativo porque eram percebidos pelas elites políticas guineenses como uma ameaça à construção do Estado Nação

O que parece ser perceptível é que a presença das autoridades tradicionais nas comunidades e nas regiões pode ser considerada como algo que constituiria uma “ameaça” à

estrutura política do recém proclamado Estado pós-independência ou, senão, bem mais recente, na abertura multipartidária na Guiné-Bissau.

Podemos partir do entendimento de que o projeto de Estado-nação inviabilizou toda a estrutura das autoridades tradicionais, substanciando a figura do comitê de tabanca, vinculada ao partido, substituindo sistematicamente a estrutura tradicional dos poderes locais ou autoridades tradicionais.

Na abertura democrática, com o esforço dos movimentos de recuperação de poderes tradicionais dos reinos de origem pré-colonial e pós-colonial nos países da África ocidental, houve o sucesso na recuperação dos poderes tradicionais. Logo no ano de 1974 foi entronizado o primeiro régulo, chamado Paulino Gomes, do setor de Caió. O régulo entronizado é militante, simpatizante do PAIGC e funcionário dos Correios. Isso nos leva a refletir sobre a forma estratégica da política social guineense antes da abertura da democracia e, depois da primeira entronização do régulo de Caió, o processo de entronização se alastrou para todas as regiões do país.

Com a abertura democrática a Guiné-Bissau organizou suas primeiras eleições gerais multipartidárias no ano de 1994, através de uma Emenda Constitucional de 1991.

O segundo capítulo analisa as relações existentes entre as autoridades estatais e tradicionais na Guiné-Bissau na contemporaneidade, abordando a transição política e democrática na Guiné-Bissau, do regime do partido único ao multipartidarismo.

A adesão de Guiné-Bissau ao multipartidarismo foi imposta como única forma política que poderia ser adotada. A transição democrática levou a Guiné a um novo sistema político, valorizando um pensamento único e ocidental, sem considerar os processos históricos e culturais do país.

O processo democrático iniciou, mas os preceitos da democracia não foram levados em conta. Isso acabou fragilizando o estado guineense e as suas instituições como referirmos acima. Houve golpes de estados em diferentes momentos, e apenas um presidente conseguiu completar o seu mandato, sendo os demais derrubados por golpes militares e/ou assassinados.

Logo no primeiro passo democrático pudemos notar que houve uma aproximação entre esses dois poderes. Embora essa aproximação não aconteça a todo momento, dependendo por vezes do interesse de ambas as partes, as regiões e comunidades onde há régulos são pontos estratégicos para políticos nos momentos das eleições. O período dos pleitos pode ser

considerado um período de aproximação do rural com o urbano, onde os políticos se aproveitam do régulo para conseguir apoio entre o eleitorado.

Assim, a questão das autoridades tradicionais na Guiné-Bissau deve ser repensada, dado que muitas vezes os régulos são ignorados pelas autoridades estatais. Isso pode ser prejudicial para a comunidade e para o país porque os régulos são dignos representantes das suas comunidades perante o Estado e se constituem como membros para o desenvolvimento das comunidades. As autoridades estatais podem colaborar nesse sentido com as autoridades tradicionais a fim de criar políticas públicas como escolas, postos de saúde e outras necessidades apresentadas pelas comunidades.

As autoridades estatais guineenses têm só a ganhar se o Estado restituir todas as confiabilidades para os possuidores dos poderes tradicionais, como é feito em outros países da África que possuem chefias tradicionais.

## REFERÊNCIAS

AMONA, Dingana Paulo Faia. **Narrativas sobre a guinendade/i: identidade nacional e diversidade étnica na Guiné-Bissau**. 2020. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Fortaleza, 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Helmer. **Guiné-Bissau**. Brasília: Thesaurus; Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: < [https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc\\_pdf/1103/1/guine-bissau](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/1103/1/guine-bissau)>. Acesso em: 6 de abril, 2021.

BASTOS, F. L., Jao, M., Sumba, A., Djaló, M. A., Peti, L., Banca, T. C., Umabano, G. A., Gomes, J. J. P., Cá, M., Carvalho, A. C., Fernandes, R. C., Guerreiro, S., Campos, O. L., Ferrão, M. C., & Pereira, R. S. (2011). **Direito Consuetudinário vigente na República da Guiné-Bissau. Balantas, fulas, mancanhas, manjacos, mandingas, papeis (Relatório final de projeto)**. Bissau: PNUD, Programa de Apoio aos Órgãos de Soberania e ao Estado de Direito (PAOSED), Faculdade de Direito de Bissau. 2011.

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

Cardoso Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. In: Lusotopie, Transitions libérales en Afrique lusophone. n°2, 1995. Disponível em: [www.persee.fr/doc/luso\\_1257-0273\\_1995\\_num\\_2\\_1\\_991](http://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1995_num_2_1_991). Acesso 20 de fev. 2020

CARDOSO, Carlos; RIBEIRO, Rui. **Considerações sobre as estruturas socioeconômicas das sociedades agrárias e a sua evolução histórica: um estudo de caso**. Bissau: INEP, 1987.

CARREIRA, António. **Vida social dos manjacos**. Boletim Oficial da Guiné Portuguesa. n. 5, **Boletim Oficial da Guiné Portuguesa**. p. 273-276, 1947.

CARVALHO, C. **A Revitalização do Poder Tradicional e os Regulados Manjaco da Guiné-Bissau**. **Etnográfica**, 2000. v. 4, n. 1, p. 37-59. Disponível em: [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N1/Vol\\_iv\\_N1\\_37-59.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N1/Vol_iv_N1_37-59.pdf)>. Acesso: 15 de maio de 2020.

COSSA, Lurdes José. **A autoridade tradicional em Moçambique no século XX: estudo dos distritos de Mandlakazi e Chibuto** – Província de Gaza: Porto Alegre, 2018.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Raul Mendes. **Partido Único e poderes tradicionais**. Soronda: Revista de estudos Guineenses, Bissau, p.39-50, jul. 1993.

FLORÊNCIO, F. **Autoridades Tradicionais e Estado moçambicano: o caso do distrito do Búzi**, Cadernos de Estudos Africanos, Cadernos de Estudos Africanos, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/1051>. Acesso: 02 de nov. de 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORQUILHA, S. C. **O Paradoxo da Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias em Moçambique: Do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local**. Cadernos de Estudos Africanos, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/187>. Acesso: 06 de abril 2021.

GRAÇA, Pedro Borges. **A construção da Nação em África. Local**: Edições Almedina, SA 2005.

GUERREIRO, Sara, LINCOLN, A., N'DAMI, B. et al. **Estudo sobre o acesso à justiça na Guiné-Bissau: Regiões de Cacheu e Oio e Sector Autónomo de Bissau**. Bissau: Ministério da Justiça; PNUD, 2011.

GUERREIRO, Sara. **Justiça Estatal e Justiça Tradicional na Guiné-Bissau**. Sintidus, revista de estudos científico e interdisciplinares da Universidade Lusófona da Guiné: n. 1. p.79-106, 2018. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/1E2UiziXRALQoJg3u0\\_rSBna2wWLFJeHQ/view](https://drive.google.com/file/d/1E2UiziXRALQoJg3u0_rSBna2wWLFJeHQ/view)>. Acesso: 05 de agosto de 2021

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994

JAUARÁ, M. **O dilema da democracia nos PALOPS: A relação das autoridades étno-rurais com o estado moderno**. In: SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., Natal, 2013. Anais. Natal, 2013.

KELSEN, Hans. **A democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOHL, C. **Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau**. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, UECE, v. 7, n. 13, p. 39-71, 2011.

KOHL, C. **Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau**. *Tensões Mundiais*, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 39-71, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/587>. Acesso em: 22 nov. 2021.

LARANJEIRO, C. **Quantas nações somos capazes de imaginar?** *Comunicação e Sociedade*, [S. l.], v. 29, p. 79-92, 2016. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1642>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LIMA, Mário Jorge Philocréon de Castro; INSALI, Victor. **História da codificação do direito civil em Guiné-Bissau**. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito: Bahia: UFBA*, v. 29, n. 1, p. 144-163, 2019.

LOPES, Carlos. **O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos**. *Afro-Ásia*, núm. 32, pp. 9-28. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.

LOURENÇO, Vítor Alexandre. **O Campo Político em África: As relações de (inter)dependência entre Estado e Autoridades Tradicionais**. In. *Revista: CEA – Centro de Estudos Africanos*. Lisboa: ISCTE, 2006.

MACAMO, Elisio. **A transição política em Moçambique**. In. *Revista: CEA – Centro de Estudos Africanos*. Lisboa: ISCTE, 2002.

M'BUNDE, T. S. **Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau**. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.25193//iissn2526-8066.v1.n2.a3>>. Acesso em: 20 out. 2018.

MENESES, Maria Paula, « **Poderes, direitos e cidadania: O ‘retorno’ das autoridades tradicionais em Moçambique** », *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 2009. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/1428>>. Acesso: 07 de jan. de 2021

MENDES, Irina. **A prática do Ucó: cosmo-ontologia manjaco sobre materialização do corpo na diversidade corporal**. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

MOE-UE. **Relatório final: eleições presidenciais e legislativas da Guiné-Bissau**, 2014. Disponível em: <https://rb.gy/mdz9bu> .

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: Da luta armada a construção do estado nacional: conexões entre o discurso da unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Salvador: Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

NKRUMAH, Kwame. “**O neocolonialismo em África**”. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). **Malhas que os Impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2011, pp. 287-308.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Estado, Estado Nação e formas de intermediação política**. São Paulo: Lua Nova, 2017.

PINTO, P. **Tradição e modernidade na Guiné-Bissau: uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento**: Centro de Estudos Africanos, 2009. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

QUADÉ, Leonel Pereira João. **Acesso à justiça informal e estatal na Guiné-Bissau: o papel do Ministério Público na assistência jurídica aos hipossuficientes e (in)conveniência da instituição da Defensoria Pública**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, Salvador, 2021.

SANCA, D’Mari; CÓ, Miate Bonte. *Guiné-Bissau*. In: MARTINS, Mônica Dias (org.) **Defesa dos Povos do Atlântico Sul**. Fortaleza, EDUECE, 2017, p. 151-176.

SCHUMPETE, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SESAY, Amadu. **African Governance Systems in the Pre and Post-Independence Periods: Enduring Lessons and Opportunities for Youth in Africa**. Discussion Paper. Mandela Institute for Development Studies. Joanesburgo, 11 jul. 2014.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau** (1974- 1990). São Carlos: UFScar, 2009.

SMITH, Anthony D. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SUCUMA, Arnaldo. **Breve histórico sobre a construção do Estado da Guiné-Bissau**. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110099>;

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau as relações entre a sociedade civil e o Estado**. Recife: Ufpe, 2015.

WOOLLACOTT, John. **A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal**. *Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223466050T4kAK2od2Ar67WH4.pdf>.

## LINKS CONSULTADOS

<https://pt-br.facebook.com/bissau.online/posts/1463949640426274/>.

<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/29-dez-2019/votos-etnico-e-religioso-vai-defnir-novo-presidente-na-guine-bissau-11655504.html>

Constituição da República da Guiné-Bissau. Assembleia Nacional Popular. Disponível em: <https://reformatar.co.mz/documentos-diversos/constituicao-de-guine-bissau.pdf>.

<https://www.youtube.com/watch?v=bfPC7UhyoDg>

<https://abrir.link/rUuSS>

[https://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/bancos-da-guine-bissau-sensibilizam-regulos-para-necessidade-de-abrir-conta-bancaria\\_22456363.html](https://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/bancos-da-guine-bissau-sensibilizam-regulos-para-necessidade-de-abrir-conta-bancaria_22456363.html)

[https://www.sapo.pt/amp/noticias/atualidade/autoridades-tradicionalis-da-guine-bissau\\_58b7e353746cf6f31454f910](https://www.sapo.pt/amp/noticias/atualidade/autoridades-tradicionalis-da-guine-bissau_58b7e353746cf6f31454f910)

<https://www.voaportugues.com/a/r%C3%A9gulos-na-guin%C3%A9-bissau-entre-a-autoridade-tradicional-e-a-pol%C3%ADtica/4394728.html>

<<https://visao.sapo.pt/atualidade/mundo/2020-10-27-presidente-da-guine-bissau-promete-reforçar-poder-tradicional-no-pais/?amp>>

<<https://www.odemocratagb.com/?p=35608>>

<https://faladepapagaio.blogspot.com/2020/07/guine-bissau-disputa-de-regulado-em.html>